



CÁRMEN LÚCIA NA PRESIDÊNCIA DO STF

Ministra toma posse como presidente do Supremo Tribunal Federal e destaca a importância da Justiça Estadual em reunião com os presidentes dos tribunais.

Novos presidentes

Tribunais do Amazonas, Minas Gerais, Piauí e Distrito Federal e Territórios sob nova gestão

Encontro em Manaus

Conselho dos Tribunais de Justiça realiza 108º Encontro na capital do Amazonas

Governança em pauta

Tribunais se reúnem para debater modelos de práticas judiciais



PROTESTO
do bem

ABRACE ESSA CAUSA

COM A GENTE

Nesse mês de setembro, os cartórios de protesto do estado de São Paulo lançam a campanha "Protesto do Bem" que vai arrecadar recursos para o atendimento de crianças com câncer do GRAACC. Qualquer pessoa pode participar da campanha e fazer sua doação pelo site:

www.protestodobem.com.br

Realização



Instituição Beneficiada

GRAACC

PESQUISA GRATUITA DE PROTESTO: www.protestosp.com.br

APRESENTAÇÃO

Administração da Justiça com foco na Democracia

Administrar para obter os melhores resultados com o menor custo possível. Na iniciativa privada, que tem como objetivo o lucro, essa ideia já está mais que consolidada; na administração pública, é preciso adotar o mesmo princípio por motivos diversos. Primeiro, porque estamos lidando com recursos públicos, e a sua boa gestão está assegurada em lei. Como já é de conhecimento de todos, são princípios da administração previstos na Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Há de se considerar ainda que as instituições públicas são pilares, e do seu bom funcionamento depende o êxito do Estado Democrático de Direito.

Considerado o pai da administração moderna, Peter Drucker chama a atenção para um dos pontos básicos da gestão: o planejamento. Segundo ele, “o planejamento não diz respeito às decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes”. Realmente, não se admite mais uma organização sem direção, sem um bom planejamento, com previsão de metas e de iniciativas estratégicas para alcançar as referidas metas. E ainda mais: é inadmissível não ter informações consistentes sobre a instituição que se administra, conhecimento de gargalos e potencialidades, além de reflexões sobre questões conjunturais que impactam o seu desempenho. É no presente, com informações, decisões e ações, que se constrói o futuro a que se pretende chegar.

Drucker sabia, exatamente, do que é ainda mais essencial para o sucesso de um empreendimento: as pessoas, o clima organizacional. “As empresas são construídas com base na confiança, que, por sua vez, é construída com base na comunicação e na compreensão mútua.” É claro que, por trás do nome ou da ideia de instituição, existem pessoas que a edificam, dia a dia, mantendo-a de pé e reafirmando seus valores, por meio de prestação de serviços de qualidade, como é o caso do Poder Judiciário.

Motivação é tudo – não resta a menor dúvida. São ingredientes motivacionais, entre vários outros: a habilidade dos líderes, a noção de pertencimento ou de identidade, o valor ou sentido que se atribui ao trabalho, a consciência da importância de servir, quando se fala em instituição pública. Em geral, as pessoas que se sentem reconhecidas se empenham para superar novos desafios – e com isso, a organização tem fôlego para se desenvolver continuamente a partir do esforço dos seus profissionais.

Justiça é um ideal nobre pelo qual vale a pena lutar. Já temos, na essência, um valioso fator de motivação. Magistrados e servidores têm uma missão da mais alta relevância para o cidadão, para a sociedade, para o Estado: solucionar conflitos e contribuir para garantir segurança e paz social. O Judiciário está implicado, na rotina de suas decisões judiciais, em temas diversos da convivência humana, de política a conflitos de

"Já temos, na essência, um valioso fator de motivação. Magistrados e servidores têm uma missão da mais alta relevância para o cidadão, para a sociedade, para o Estado: solucionar conflitos e contribuir para garantir segurança e paz social."



Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes – Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça.

interesse na esfera privada, estando incluídos impasses de ordem econômica, social, ambiental, pretensões de vários direitos etc.

E o Judiciário Estadual é, especialmente, o espaço do exercício da ampla cidadania. Isso explica o porquê de esse segmento ser responsável por 70% da distribuição de novas ações e concentrar 81% dos processos em tramitação no Judiciário Brasileiro (dados do Relatório Justiça em Números 2015 – Ano base 2014). Esclarece também a sua necessária capilaridade. Ramifica-se nas mais diversas regiões dos estados, por meio de suas unidades jurisdicionais, as comarcas, subdividas em varas judiciais da Justiça Comum ou dos Juizados Especiais. O Judiciário presente significa o Estado presente, com o poder de dirimir conflitos, de harmonizar pessoas e relacionamentos, principalmente pela via consensual.

Em tempos de crise – e quanto maior for a crise –, tanto mais será exigida do Judiciário uma atuação ética, imparcial e transparente, para salvar o estado, o país e, essencialmente, as pessoas ou a sua organização social. Há, sim, que se falar em protagonismo da Justiça na atualidade. E como já disse em outras oportunidades, a história se incumbirá de reconhecer nossos acertos, mas também não perdoará as nossas falhas. Temos visto, felizmente, os profissionais da Justiça brasileira, abrangidos todos os seus segmentos, em plena atividade. Com isso, têm vindo à tona crimes, historicamente, encobertos. A apuração isenta e a devida condenação haverá de coibir novos atos criminosos que lesam o Estado e a sociedade.

A Justiça Estadual desta era é aquela que se articula, que se organiza enquanto instituição precípua da Democracia. E o Conselho dos

Tribunais de Justiça (CTJ) tem papel relevante nesse sentido. Por isso, temos realizado encontros, visando ao debate e à reflexão com foco no aprimoramento da instituição e dos serviços prestados ao cidadão. Não se há de negar que essa melhoria passa pelo necessário planejamento. Cada tribunal deve traçar as suas metas institucionais a partir de suas especificidades; todos os tribunais estaduais precisam ter diretrizes gerais, factíveis, que apontem para o ponto a que se quer chegar em termos de qualidade, eficiência e presteza.

Desde que foi criado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem papel de extrema importância no sentido de aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Assim, o Judiciário brasileiro passou a contar com mais um aliado para que “a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade em benefício da sociedade”, conforme descrito na missão institucional do CNJ.

Temos números estupefacentes. Grande acervo, média alta de processos por magistrado, um quadro de grande distribuição processual em um país que descobriu o Judiciário. A judicialização dos conflitos, de certa forma, é um ponto positivo para a nossa instituição, pois significa confiança. Por outro lado, sabe-se que há outras implicações, como mais custos, em função da necessidade de investimento na estrutura de atendimento.

Ainda temos muito a avançar. Precisamos modernizar os serviços judiciários. É inconcebível processo físico em pleno século XXI. Estamos atrasados na adoção do Processo Judicial Eletrônico, embora haja um esforço hercúleo dos líderes dos tribunais estaduais para

sua implantação. O ideal seria que já funcionássemos apenas por meio eletrônico, de forma sustentável e mais dinâmica. A informatização é a alternativa para abraçarmos o grande volume de demandas sem a necessidade de investimentos vultosos. Aliás, é preciso dizer que, com o processo eletrônico, muitas atividades rotineiras serão descartadas, liberando os servidores para funções mais condizentes com a alta performance das equipes do Judiciário brasileiro.

O processo eletrônico traz novo significado para a atividade judicante. Como bem disse o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, que atuou como superintendente adjunto da área administrativa na minha gestão como presidente do TJMG, “o processo eletrônico muda a mentalidade de trabalho compartimentado ou estanque. Desaparece a divisão gabinete e secretaria, surgindo uma só unidade jurisdicional. Isso vai permitir mais celeridade e eficiência, além de habilidades de gestão.” Encontra-se aqui outra questão crucial: a necessidade de o magistrado exercer com domínio crescente as funções de gestor da equipe e da sua unidade jurisdicional.

O Conselho dos Tribunais de Justiça está atento às necessidades de aperfeiçoamento. Para fazer frente a esse apelo, temos procurado o diálogo com os presidentes e com os magistrados brasileiros.

O filósofo Sócrates já apregoava: “Três coisas devem ser feitas por um juiz: ouvir atentamente, considerar sobriamente e decidir imparcialmente”. A escuta é importante não apenas para as decisões judiciais, mas também para aquelas de natureza administrativa. Juntos podemos encontrar soluções que correspondam aos anseios sociais por justiça célere e efetiva.



NESTA EDIÇÃO

Com o mérito da confiabilidade

Ministra Cármen Lúcia, do STF, afirma que desvios atingem menos o Poder Judiciário.

PÁGINA 10.

Fonamec defende a mediação

Juiz Hildebrando da Costa Marques aponta o caminho da conciliação para a solução de conflitos.

PÁGINA 13.

Pela união da magistratura

Desembargador Milton Nobre defende unidade e fortalecimento da carreira. PÁGINA 16.

EXPEDIENTE

EDITOR RESPONSÁVEL

WALBERT MONTEIRO

DRT 1095/PA

FOTOS

ASSESSORIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, CNJ, WIKIMÉDIA, FREEIMAGES.

APOIO:



Manaus recebe o 108º Encontro

Conselho dos Tribunais de Justiça promove reunião na capital do Estado do Amazonas.

PÁGINAS 44 A 51.

RAPHAEL ALVES / TJAM



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Acre
Desa. **MARIA CEZARINETE DE SOUZA ANGELIM**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Alagoas
Des. **WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Amazonas
Des. **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Amapá
Desa. **SUELI PEREIRA PINI**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça da Bahia
Des. **MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Ceará
Desa. **MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do DF e Territórios
Des. **MÁRIO MACHADO VIEIRA NETTO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Espírito Santo
Des. **ANNIBAL DE REZENDE LIMA**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Goiás
Des. **LEOBINO VALENTE CHAVES**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Maranhão
Desa. **CLEONES CARVALHO CUNHA**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Mato Grosso
Des. **PAULO DA CUNHA**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
Des. **JOÃO MARIA LÓS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Des. **HERBERT CARNEIRO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Pará
Des. **CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça da Paraíba
Des. **MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Paraná
Des. **PAULO ROBERTO VASCONCELOS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Des. **LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Piauí
Des. **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Des. **LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Des. **CLAUDIO SANTOS**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Des. **LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Rondônia
Des. **SANSÃO BATISTA SALDANHA**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Roraima
Des. **ALMIRO PADILHA**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Des. **JOSÉ ANTÔNIO TORRES MARQUES**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de São Paulo
Des. **PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI**
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. **LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA**
(2015-2017)

Tribunal de Justiça do Tocantins
Des. **RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA**
(2015-2017)

COMISSÃO EXECUTIVA COM MANDATO ATÉ NOVEMBRO DE 2017

Presidente:

Desembargador **PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES** (TJMG)

Membros:

Des. **JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO** (TJRS)
Des. **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS** (TJSC)
Des. **PAULO ROBERTO VASCONCELOS** (TJPR)
Des. **JOSÉ RENATO NALINI** (TJSP)
Des. **LEOBINO VALENTE CHAVES** (TJGO)
Desa. **MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE** (TJCE)
Des. **FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES** (TJPE)
Des. **CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS** (TJRN)
Des. **JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES** (TJAL)
Desa. **CEZARINETE ANGELIM** (TJAC)
Des. **RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA** (TJTO)
Des. **GETÚLIO VARGAS DE MORAES OLIVEIRA** (TJDFT)



+ forte com você.

Encontre o Sistema Faepa/Senar no Pará

SANTARÉM | REGIÃO BAIXO AMAZONAS

Coordenador: Adinor Batista dos Santos
Endereço: Av. Antônio Simões, N° 350.
CEP: 68030-290
Fone: (93) 3522-1177
E-mail: adinor@faepanet.com.br

BELÉM | REGIÃO MARAJÓ

Coordenador: Antônio Araújo
Endereço: Trav. Dr. Moraes, n° 21, Nazaré.
Fone: (91) 4008-5383
E-mail: araujo@aruans.com.br

CASTANHAL | REGIÃO GUAJARINA

Coordenador: Gilberto Brito
Endereço: SPR - Rod. BR-316,
Km 69, Parque de Exposição
Fone: (91) 3721-7300
E-mail: gilbertobrito@faepanet.com.br

TUCURUÍ | REGIÃO TOCANTINS

Coordenador: Jahyr Seixas Gonçalves
Endereço: Av. Governador Aloísio Chaves, 295.
Nova Tucuruí - CEP: 68456-590
Fone: (94) 3787-2725
E-mail: jahyrseixas@faepanet.com.br

CAPANEMA | REGIÃO BRAGANTINA

Coordenador: Tiago Araújo
Endereço: Av. Barão de Capanema, 956.
Fone: (91) 3462-6077
E-mail: tiago@faepanet.com.br

ALTAMIRA | REGIÃO TRANSAMAZÔNICA

Coordenador: Francisco Alberto de Castro (Chicão)
Endereço: SPR - Rua Anchieta, 2187, Perpetuo
Socorro. CEP: 68371-190
Fone: (93) 3515-1956
E-mail: franciscoalberto@faepanet.com.br

PARAGOMINAS | REGIÃO NORDESTE PARAENSE

Coordenador: Luis Carneiro de Oliveira
Endereço: Rod. PA - Km 125, s/n°, Parque de
Exposição | CEP: 68625-620
Fone: (91) 3729-3983
E-mail: carneiro@faepanet.com.br

ITAITUBA | REGIÃO TAPAJÓS

Coordenador: Antônia Lemos Gurgel
Endereço: Rua Antônio Gomes Bilby, n° 340.
Bela Vista - Itaituba - CEP: 68180-170
Fone: (93) 3518-1166
E-mail: antonia@faepanet.com.br

MARABÁ | REGIÃO CARAJÁS

Coordenador: Antônio Miranda Sobrinho
Endereço: Rod. PA 150 Km 10 - Parque de Exposição
Agropecuária - Marabá | CEP: 68500-000
Fone: (94) 3323-4603
E-mail: amirandinha@hotmail.com

REDENÇÃO | REGIÃO SUL DO PARÁ

Coordenador: Jordan Carvalho
Endereço: Av. Brasil Leste, 350 - Jardim Cumarú -
Parque de Exposição Pantaleão Lourenço Ferreira,
Cx. Postal 71 | CEP: 68551-240
Fone: (94) 3424-2651
E-mail: jordan@suldopara.com.br



www.faepanet.com.br



/FAEPA



@sistemaFAEPA



A MAIOR
*Escola
da Terra*

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural



ENCONTRO



DIVULGAÇÃO / TJCE

Conselho discute planejamento estratégico e gestão judiciária

■ ■ *Mediação e conciliação ganham destaque na pauta do 107º Encontro*

O 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, realizado nos dias 9 e 10 de junho, em Fortaleza, reuniu presidentes e outros representantes dos tribunais estaduais, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a então vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmén Lúcia. A abertura ocorreu no Palácio da Abolição, sede do Poder Executivo cearense. Na ocasião, o presidente do Conselho, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, ressaltou a importância do encontro. “Dos 100 milhões de processos que tramitam no País, 80% estão nos tribunais estaduais. Nesses

encontros nós conversamos sobre gestão, práticas judiciárias, governança, trocamos experiências e copiamos boas iniciativas dos Estados”, afirmou.

Pedro Marcondes falou sobre o trabalho à frente do Conselho, que foi criado em 1992 com o nome de Colégio Permanente de Presidentes, e sobre os desafios do Judiciário em meio à crise econômica nacional. Destacou a importância do planejamento estratégico e disse ser necessário continuar investindo em métodos alternativos de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação. Ao final, afirmou que as corregedorias devem exercer papel,

Foto oficial do 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, presidido pelo desembargador Pedro Bitencourt Marcondes.

sobretudo, de apoio aos magistrados para assegurar uma melhor prestação jurisdicional.

O presidente do Conselho, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, do TJ de Minas Gerais, classificou o encontro como “exitoso” e disse que foram “deliberadas questões importantíssimas de governança sobre gestão judiciária”. Para ele, o evento cumpriu com o seu papel, que é “ser um local de discussão dos grandes problemas da Justiça estadual”.

Além disso, ressaltou a presença da ministra Cármen Lúcia, que em 12 de setembro assumiu a Presidência do STF, e do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio Noronha, eleito neste mês de junho, pelo STJ, para o cargo de corregedor-geral de Justiça.

Para a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, a realização do 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil foi da maior importância para

o Judiciário porque possibilitou a “reflexão de propostas de ideias”. Para ela, os temas abordados podem proporcionar uma “correção de rumos de políticas públicas judiciais para que possamos ter uma melhoria na prestação jurisdicional”.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis-Mascaretti, frisou a participação dos ministros. “Tivemos a oportunidade de ouvir deles o que pretendem realizar nas novas funções”.

Para o magistrado, o encontro possibilitou ainda a oportunidade de debater “temas relevantes do Judiciário estadual, como o cumprimento de resoluções do CNJ e ações para a melhoria da Justiça”.

Ele explicou que os debates possibilitaram a troca de experiências “do que estamos realizando nos diversos tribunais, promovendo a oportunidade de sairmos com várias ideias renovadas”.

O 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil foi encerrado com a elaboração da Carta de Fortaleza, que reúne as principais deliberações do evento realizado na Capital cearense. No documento, os presidentes dos TJs propuseram um aumento na cooperação entre as instituições e com a Polícia Federal (PF).

Entre as propostas, está a celebração do termo de cooperação com a PF para o acesso ao sistema nacional de informações criminais. Tem também a criação da Rede Colaborativa de Tribunais para a utilização de um sistema eletrônico de informação, além da implantação do Programa Nacional de Gestão Estratégica de Unidades Judiciárias de Primeiro Grau.

Palestras e painéis abordaram temas relevantes para o aprimoramento da Justiça estadual.

DIVULGAÇÃO / TJCE



DIVULGAÇÃO / TJCE



ENCONTRO



FELIPE SAMPAIO/SCO/STF

Ministra Cármen Lúcia exalta a confiabilidade do Judiciário

Ministra Cármen Lúcia afirmou que o juiz se faz "muito mais imprescindível" nos dias de hoje.

■ ■ *Para ela, problemas éticos têm atingido muito menos o Judiciário*

Ainda vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia, agora presidente da Corte suprema do País, falou, durante o 107º Encontro, falou, durante o 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, realizado em Fortaleza, sobre a necessidade de o Poder Judiciário conhecer melhor o perfil do magistrado. O evento teve início na noite de quinta-feira (09/06), no Palácio da Abolição, e se encerrou na sexta, dia 10, no Hotel Gran Marquise.

A ministra afirmou que uma de suas prioridades é conhecer o juiz de

1º Grau e pensar em ações que irão trazer melhorias à prestação jurisdicional. Uma das questões levantadas por ela foram os concursos públicos. De acordo com a ministra, os moldes atuais não são eficazes e precisam ser repensados. “Precisamos conhecer o nosso juiz para saber quem tem aptidão para o quê e sensibilizá-lo para o cargo que está ocupando”, disse.

Cármen Lúcia também falou sobre o papel da Justiça no atual contexto histórico do País. “Os problemas éticos, morais e de desonestidade, com toda certeza, têm atingido muito menos o Poder Judiciário e por isso o mesmo

passou a refletir para a sociedade uma confiabilidade muito maior. Esses dados estão sendo levados em consideração para saber qual é a nossa responsabilidade para com a sociedade”. Ela enalteceu que presença do juiz “se faz muito mais imprescindível talvez do que em outros momentos [históricos]”.

O presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, agradeceu a disponibilidade da ministra Cármen Lúcia em participar do evento. O magistrado destacou a postura da ministra, como magistrada e como integrante da Suprema Corte de Justiça. Ele também ressaltou que “ser

juiz hoje, principalmente da Suprema Corte, não é uma tarefa fácil, porque exige muita firmeza de caráter, para decidir, e cultura jurídica; e isso ela tem de sobra”.

Ele explicou que o objetivo do Conselho é colaborar com o Poder Judiciário, mais especificadamente com a Justiça estadual. “A finalidade das reuniões é trocar experiências, propor soluções e também de transferência de expertise”, destacou. Ele informou que existem tribunais que são modelos de gestão e outros que ainda estão implementando uma gestão Judiciária.

O presidente acredita que o Judiciário estadual é o segmento mais próximo da po-

pulação, principalmente dos mais pobres. A Justiça estadual possui hoje 80% dos processos e 70% das ações que ingressam no Judiciário.

Ao final das suas considerações, Marcondes colocou o Conselho dos Tribunais de Justiça à disposição da ministra e do CNJ. “Estamos inteiramente ao seu dispor, bem como do Conselho, para que possamos, juntos, ajudar o Judiciário e a Justiça estadual, que é o nosso maior objetivo e o nosso grande desafio.”

A ministra encerrou sua participação ouvindo as considerações dos desembargadores participantes. Ela foi convidada a visitar alguns estados e a conhecer as ações por eles desenvolvidas.

DIVULGAÇÃO / TJCE



Desembargador Milton Nobre, ministra Cármen Lúcia e desembargadores Marcos Cavalcanti de Albuquerque, do TJPB, e Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, do TJRJ, no 107º Encontro.

ENCONTRO

Desembargadora destaca que Encontro fortalece o Judiciário

■ ■ *Iracema Vale, presidente do TJCE, valoriza a troca de experiências*

A desembargadora Iracema Vale, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), destacou, durante o 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, a importância da iniciativa para os tribunais estaduais. “É um momento de troca de experiências e também para promover o fortalecimento das instituições”. Ela afirmou que “é um prazer imenso ver o 107º Encontro do Conselho acontecendo no Ceará, e ver todos os 27 tribunais de justiça sendo representados aqui”.

O governador do Ceará, Camilo Santana, também reconheceu ser um “privilegio e uma honra” receber os magistrados, e ressaltou a relevância do evento. “É muito importante o Judiciário discutir o papel que desempenha para toda a sociedade brasileira.”

O presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Pedro Bitencourt, explicou que o Encontro tem como objetivo

aglutinar e trocar ideias entre as instituições. “Trocamos experiências e boas práticas”. Ele frisou que os principais assuntos abordados nesta edição serão o novo Código de Processo Civil e a otimização da prestação jurisdicional, além de debater os problemas nacionais comuns aos tribunais.

Ainda na recepção, foi tirada a foto oficial do Encontro com os participantes e houve apresentações do cantor cearense Waldonys, que tocou o Hino Nacional e músicas tradicionais da região Nordeste.

Também compareceram à cerimônia os ministros do STJ, João Otávio de Noronha e Marco Aurélio Bellizze, além dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) Antônio Abelardo Benevides Moraes (presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará), e Francisco Lincoln Araújo e Silva (corregedor-geral da Justiça do Estado).

TJCE / DIVULGAÇÃO



Ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, e desembargadora Iracema Vale, presidente do TJCE.



Presidente do Fonamec defende apoio à mediação de conflitos

Para o juiz Hildebrando da Costa Marques, a Justiça pode ser encaminhada por meio de tratamento consensual dos conflitos.

■ *Juiz Hildebrando da Costa Marques exalta iniciativas pela conciliação*

O presidente do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), juiz Hildebrando da Costa Marques, proferiu palestra, durante o 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, sobre “Políticas Judiciárias de Conciliação instituídas com a recente Lei de Mediação (nº 13.140/2015) e o Novo CPC”. O evento ocorreu em Fortaleza.

O magistrado expôs a estrutura e o funcionamento dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e dos Centros Judiciários (Cejuscs). Falou ainda do novo papel do Poder Judiciário que, com a nova Lei de Mediação, deve criar os Centros, formar instrutores e treinar servidores, mediadores e conciliadores.

Hildebrando Marques afirmou que, além das iniciativas de agilização processual, também é necessário haver uma mudança da cultura da litigiosidade. De acordo com ele, a demora na solução dos processos decorre do sistema

que vem sendo utilizado, pois “desde que o Direito existe, sempre se resolveu a questão da solução de conflitos por meio da sentença”.

O magistrado anunciou a programação de amplos debates para tratar do Mutirão Nacional de Mediação Digital, ocorrido em julho, no qual as partes poderão participar, de casa, das audiências. “Venham fazer parte dessa história! Acreditem na política de tratamento consensual dos conflitos, invistam nisso, apoiem seus grupos, apoiem seus coordenadores”, pediu.

Hildebrando da Costa Marques é formado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso e tem pós-graduação “lato sensu” em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá (RJ). Tem também MBA em Poder Judiciário pela FGV. Ele é juiz de Direito do Estado de Mato Grosso, coordenador do Nupemec/MT e presidente do Fonamec.

ENCONTRO

Presidente do Fonaje explica norma sobre Juizados Especiais

Resolução do STJ delega aos TJs o julgamento de reclamações

O presidente do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), desembargador Jones Figueiredo, comentou, em Fortaleza, a Resolução n° 3/2016, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O magistrado foi um dos palestrantes do 107° Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça.

Segundo Jones Figueiredo, a norma delega aos Tribunais de Justiça estaduais o julgamento de reclamações envolvendo decisões de Juizados Especiais. “Esse encontro está refletindo sobre isso no sentido de buscar um diálogo assertivo para harmonizar a resolução com a lei de regência dos Juizados Especiais”, classificou.

O magistrado informou que o julgamento deve ser feito em câmaras especializadas, quando existirem, ou em Órgão Especial, em sessões especializadas.

De acordo com o desembargador, o novo Código de Processo Civil (CPC), em vigor desde março último, não tem aplicação automática nos Juizados Especiais,

pois eles possuem regência própria.

No Ceará, o presidente da Coordenação Estadual do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública é o desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo. Fortaleza possui 25 Juizados Especiais, além do Juizado Móvel e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Já as Turmas Recursais são formadas por três Turmas Recursais e um da Fazenda Pública.

O desembargador Jones Figueiredo Alves é membro do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 26 de junho de 2008, foi eleito, por unanimidade, presidente daquela Corte. Magistrado de carreira, ele tem 32 anos de Judiciário. Já dirigiu a Escola Superior da Magistratura do Pernambuco (ESMAPE) no biênio e o Centro de Estudos Judiciários do TJPE, onde permanece na direção para o biênio 2014/2016. Natural do Recife, ele nasceu em 20 de agosto de 1947.

Desembargador Jones Figueiredo, presidente do Fonaje: encontro busca diálogo para harmonizar resolução com a lei dos Juizados.

TJCE / DIVULGAÇÃO



CARTA DE FORTALEZA

O CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, reunido na cidade de Fortaleza (CE), ao final do 107º Encontro, no período de 09 a 10 de junho de 2016, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

1) FIRMAR posição no sentido da possibilidade de deflagração, pelos Tribunais de Justiça, de procedimento licitatório para contratação de instituição financeira para custódia de depósitos judiciais, sem cláusula de exclusividade, direcionada a Bancos Oficiais, na hipótese de deserção do certame anterior, até a expedição, pelo Conselho Nacional de Justiça, de normativo sobre a matéria.

2) PROPOR ao Conselho Nacional de Justiça a criação do Programa Nacional de Gestão Estratégica de Unidades Judiciárias de Primeiro Grau e, como Meta do CNJ, sua implementação, até 31/12/2017, em todas as Varas Judiciais com competência para processar e julgar feitos relativos à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

3) MANIFESTAR sua veemente reprovação à PEC nº. 159/2015, que dispõe, dentre outros, sobre a utilização, pelo Poder Executivo, de parcela dos depósitos judiciais e administrativos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para quitação do passivo de precatórios.

4) PROPOR, considerando que o custo da tramitação física de processos administrativos e o déficit gerencial da área-meio impactam diretamente no IPC-Jus, apurado pelo CNJ:

a) a formalização de termo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob a coordenação do Conselho dos Tribunais de Justiça, permitindo a adesão dos Tribunais de Justiça interessados no aplicativo SEI – Sistema Eletrônico de Informação;

b) a criação de Rede Colaborativa de Tribunais interessados em utilizar o SEI – Sistema Eletrônico de Informação, permitindo a troca de boas práticas e o apoio necessário para sua implantação nos Tribunais de Justiça que manifestem interesse em aderir ao convênio de cooperação técnica.

5) ACOLHER proposta de celebração de termo de cooperação com a Polícia Federal, para o acesso ao sistema nacional de informações criminais.

Fortaleza (CE), 10 de junho de 2016

OPINIÃO

Magistrados, uni-vos!

Pensei muito se deveria dar esse título às breves considerações que pretendo submeter à meditação e ao exame crítico daqueles que me distingam com suas atenções. Isso porque sei dos possíveis preconceitos ideológicos dele resultantes. Não obstante, optei por não descartá-lo, pois nenhum outro – ainda que com a vantagem de não poder ser censurado como cópia servil – pareceu-me capaz de traduzir, com exatidão, o que entendo ser a maior necessidade atual da magistratura brasileira para enfrentar, de modo eficiente, os graves problemas que tem o dever-poder de resolver.

Sei que alcançar unidade, sobretudo entre integrantes de um conjunto profissional de elevado nível intelectual, não é tarefa fácil. Não são poucos os problemas de macro e microfísica do poder (perdoe-me, Foucault) que devem ser, para tanto, antes resolvidos. No caso da magistratura, isso se agrava. Afinal, os seus segmentos têm interesses políticos nem sempre convergentes. As disputas internas vão desde a natural vaidade de ser melhor preparado ou mais eficiente até à pretensão de ampliar competência em busca de maior poder.

Daí porque, não de hoje, venho sustentando a imprescindibilidade de construirmos uma pauta positiva comum, tendo como ponto de partida a valorização da carreira da magistratura, o que, evidentemente, embora implique uma ampla discussão sobre

a adequação da política remuneratória dos magistrados mediante subsídio, tal como disposto no art. 93, V, da Constituição da República, não se esgota aí, pois não visa assegurar melhoria de ganho aos magistrados, porém sim, e acima de tudo, corrigir distorções que terminaram levando ao cenário atual.

Com efeito, a política remuneratória dos magistrados por subsídio, bem recebida num momento em que os juízes brasileiros, especialmente os de primeiro grau, eram mal pagos, revelou-se, com o passar do tempo, prejudicial à carreira da magistratura porque terminou propiciando situações em que juízes percebem mais do que desembargadores e desembargadores mais do que ministros dos tribunais superiores, aniquilando a hierarquia salarial, servindo de desestímulo às progressões funcionais, provocando a existência de penduricalhos que, ao fim e ao cabo, transformam o teto constitucional em piso, com deletérias repercussões nos estipêndios de integrantes de outros setores do serviço público¹.

Hoje um Juiz de Direito de segunda entrância², que seja diretor do fórum da comarca em que titularizado e exerça jurisdição eleitoral, percebe em regra mais do que um desembargador. Um desembargador que seja ocupante de qualquer órgão diretivo do seu tribunal ou diretor de Escola de Magistratura, mesmo sem qualquer auxílio, ganha mais do que



MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Presidente no biênio 2005/07), membro do Conselho Nacional de Justiça (biênio 2009/11). Professor Associado I da UFPA e Professor Emérito da Universidade da Amazônia - UNAMA. Ex-Presidente do Conselho de Tribunais de Justiça (2014/15).

1 Não é demais neste ponto ressaltar que se criou no Brasil, por um sutil artifício de linguagem, para tentar igualar em matéria remuneratória outras carreiras à magistratura o conceito de "carreiras jurídicas", com base na ideia de que assim devem ser consideradas todas aquelas que tenham como pressuposto de candidatura ao ingresso à formação de nível superior em direito. Acontece, porém, que a magistratura, bem como as carreiras diplomática, militar e do Ministério Público são carreiras de Estado, sujeitas a regimes próprios com restrições e incompatibilidades que as individualizam e distinguem, de modo a não poderem servir de paradigma a quaisquer outras.

2 Juiz de Direito, como sempre foi, é a designação própria dos Juízes Estaduais de 1º grau, embora os Juízes Federais, pretendendo assumir, pelo menos em parte, a jurisdição eleitoral e esquecendo que o glossário, editado pelo próprio TSE, é esclarecedor a esse respeito, venham ultimamente sustentando que essa designação também se lhes aplica. Essa história, aliás, data vênica de quem possa se achar contrariado, parece mais uma imitação do que terminou havendo, contra legem, com o título de desembargador.

Ministro do Supremo Tribunal Federal³.

Isso aconteceu porque a adoção da técnica remuneratória por subsídio causou a supressão do adicional de tempo de serviço, que não apenas desestimula a permanência dos mais antigos e experientes na carreira – os quais recorrem à aposentadoria precoce ou simplesmente pedem exoneração, em busca de outros caminhos jurídicos com menor carga de trabalho, menos responsabilidade, maior liberdade de exercício e remuneração superior – mas também, ante a falta de reajuste anual correto para repor o seu poder aquisitivo, levou a desastrosa fórmula do recurso à percepção de vantagens pecuniárias de natureza eventual ou indenizatórias, gerando a reboque uma diferenciação entre o que percebem os juízes em atividades e os inativos.

O subsídio, sem dúvida, é adequado a remunerar detentores de cargos políticos de igual procedimento de investidura e duração de exercício. Todavia, não é compatível para ocupantes de cargos de carreira, em especial quando estes têm, conforme acontece com os magistrados, como critérios de promoção, o merecimento e a antiguidade e que, portanto, não podem deixar de adotar esses dois vetores para escalonar o seu sistema remuneratório.

Ninguém sensato pode defender um cenário dessa ordem e nem sustentar que um profundo debate a esse respeito, visando sua efetiva correção, não deva ser o start para a valorização da carreira da magistratura. Por certo, igualmente, nenhum magistrado, quer seja estadual, quer federal ou do trabalho discordará que esse é um bom caminho para juntos alcançarmos minimamente a unidade necessária ao fortalecimento do judiciário brasileiro.

É evidente que a valorização da carreira, como disse antes, não se esgota com um novo rumo a partir desse ponto. Exige também um amplo debate sobre as condições em que trabalham os magistrados nos mais longínquos rincões do território nacional, o que passa pela formulação de uma política de nivelamento de recursos humanos e materiais de apoio, de modo a assegurar a equalização dos meios de desempenho entre os judiciários dos Estados e todos os segmentos do judiciário federal.

Os judiciários estaduais, por serem mais antigos, muitos dos quais centenários, porém mantidos

com recursos dos estados membros da federação, sempre foram mais carentes de recursos financeiros. Ainda hoje, como demonstram dados da coleta "Justiça em números" do Conselho Nacional de Justiça, proporcionalmente, contam com menos recursos do que o judiciário da União, embora respondam por cerca de 80% da prestação jurisdicional no país. Mas não só! Durante muitas dezenas de anos sofreram com os reflexos deletérios de políticas locais. É claro, portanto, que, mesmo com inegáveis avanços alcançados nos últimos dez anos, a partir da criação do CNJ, remanesçam algumas deficiências a serem corrigidas, as quais, diga-se de passagem, vêm sendo, não sem dificuldades, enfrentadas pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça.

O certo é que, não obstante as dez primeiras metas do Planejamento Estratégico Nacional do Judiciário tenham sido chamadas "metas de nivelamento", até hoje não se alcançou nivelar todos os Tribunais de Justiça dotando-os de meios adequados e proporcionais à demanda por prestação jurisdicional eficiente. E o Conselho Nacional de Justiça tem uma grande parcela de responsabilidade por isso, na medida em que descontinuou o trabalho que chegou a desenvolver, na presidência do Ministro Cezar Peluzo, objetivando auxiliar cada Tribunal de Justiça inclusive na difícil interlocução com os demais poderes locais para assegurar recursos orçamentários compatíveis ao funcionamento da justiça.

Já se tornou assaz repetitiva a observação de que o Brasil enfrenta atualmente uma crise, não apenas política e econômica, mas, sobretudo moral sem precedentes. Momentos históricos como esse impõem ao Judiciário a grande responsabilidade de assegurar a vigência e a eficácia da Constituição e das leis, dando conta de, com o mais absoluto respeito ao devido processo e aos direitos daí decorrentes, manter a estabilidade do estado democrático de direito. Para isso, precisamos de uma magistratura forte e coesa, legitimada porque motiva e fundamenta suas decisões de modo transparente no ordenamento jurídico, a partir da Lei Maior, e, acima de tudo, ética porque comprometida com valores que lhe asseguram integridade e retidão, fazendo-a, assim, socialmente respeitada.

Para isso, enfatizo ao encerrar, precisamos revalorizar a carreira, discutindo-a com seriedade, deixando de lado bandeiras setoriais que nos dividem e terminam por enfraquecer a todos.

³ Anoto que a observação de que os cargos de ministro dos tribunais superiores não são de carreira e sim de provimento isolado, o mesmo acontecendo com os de desembargador dos TJs, não tem relevância para as estas considerações.

OPINIÃO

Reflexões acerca da não recepção das normas legais anteriores ao advento da EC nº 20/98, que preveem sanção de cassação da aposentadoria do servidor público em sede de processo administrativo disciplinar

A Previdência dos Servidores Públicos sofreu profundas alterações desde a promulgação da Constituição da República de 1988, notadamente em razão da promulgação das Emendas Constitucionais nº. 20, de 15 de dezembro de 1998 e nº. 41, de 31 de dezembro de 2003, que implementaram a denominada “reforma previdenciária”.

A norma inserta no art. 40, da Constituição da República de 1988, em sua redação original, previa o direito à aposentadoria dos servidores públicos, independentemente de contribuição, e não exigia a existência de vínculo efetivo com a Administração para a aposentação, que era custeada pelo Tesouro. Além disso, os proventos e as respectivas pensões eram pagos em valor equivalente aos vencimentos que o servidor percebia na atividade (integralidade), e eram reajustados, na mesma data e proporção da remuneração dos servidores da ativa (paridade).

Com a promulgação da EC nº. 03/93, que acrescentou o §6º ao art. 40, da Constituição da República, foi instituída a cobrança de contribuição previdenciária para custeio da aposentadoria e pensões dos servidores públicos federais¹.

Em relação aos servidores dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, não havia obrigatoriedade do regime contributivo, tendo o legislador constituinte lhes conferido a faculdade da instituição de contribuição, a ser cobrada de seus servidores para o custeio dos respectivos sistemas de previdência e assistência social, conforme redação original do parágrafo único, do art. 149, da Constituição da República. Posteriormente, com a promulgação da EC nº. 41/03, a instituição de Regime de Previdência com caráter contributivo passou a ser obrigatória para os demais entes

federados.

A EC nº. 20/98 introduziu significativas alterações no sistema previdenciário dos servidores públicos, notadamente pela instituição do regime de previdência de caráter contributivo e com observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (art. 40, caput), bem como pela submissão dos servidores ocupantes de cargo efetivo ao Regime Próprio, estabelecendo, de forma expressa, a sujeição dos servidores temporários (art. 37, IX, CR), dos ocupantes de cargos comissionados (recrutamento amplo – art. 37, V, CR) e dos empregados públicos ao Regime Geral de Previdência Social (art. 40, §13).

Feitas tais considerações, trago a balha tema sobre o qual já tive oportunidade de anotar² e que merece questionamentos, qual seja, o relativo à constitucionalidade da norma inserta no art. 134³ da Lei nº. 8.112/90, que trata da cassação da aposentadoria como espécie de sanção disciplinar prevista em lei para punição de servidor inativo, quando demonstrada a prática de infração sujeita à demissão.

Nessa seara, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal⁴ firmou-se no sentido da possibilidade de aplicação de tal sanção, inclusive nas hipóteses em que a falta é cometida pelo servidor em momento posterior à implementação dos requisitos necessários à aquisição do direito à aposentadoria.

Como membro do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atuei como Relator no julgamento de Mandado de Segurança⁵ que retrata bem a amplitude das normas que preveem a cassação da aposentadoria. No caso em apreço, o impetrante, ex-policial



PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Professor universitário, Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Presidente do Conselho de Tribunais de Justiça.

1 Art. 40. (...) § 6.º As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei.

2 MARCONDES, Pedro Carlos Bitencourt. Servidor Público – Teoria e Prática. Belo Horizonte: Fórum, 2016, pp. 147-158 e 254-256.

3 Art. 134. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

4 Cf. STF, ARE 892262 AgR, Segunda Turma, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, j. em 05/04/2016; AI 504188 ED/RS, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, j. em 11/10/2005; MS 23219 AgR, Tribunal Pleno, Rel. Min. EROS GRAU, j. em 30/06/2005; RMS 24557, Segunda Turma, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, j. em 02/09/2003; MS 23299, Tribunal Pleno, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, j. em 06/03/2002.

5 Cf. TJMG, MS 1.0000.13.071120-3/000, Órgão Especial, Rel. Des. BITENCOURT MARCONDES, j. em 16/06/2014.

civil do Estado, ocupante, quando na ativa, do cargo de investigador de polícia, aposentado por invalidez, foi 'surpreendido' com publicação de ato do Corregedor-Geral da Polícia Civil, no sentido de acolher a proposição da Comissão Processante e propor ao Governador do Estado a aplicação da pena de cassação da aposentadoria (arts. 154⁶, VI, e 160, I, da Lei Estadual nº. 5.406/69 - Lei Orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais⁷ -, hipótese idêntica à prevista na Lei Federal nº 8.112/90)

Quando daquele julgamento, argumentei a inexistência de ofensa a direito adquirido, porque, consoante jurisprudência da Suprema Corte, seria possível a punição do servidor com a cassação de sua aposentadoria mesmo nas hipóteses em que a falta é cometida posteriormente à implementação dos requisitos à aquisição do direito à aposentação.

Ressalto que a jurisprudência uníssona do Supremo Tribunal Federal tem como premissa a aposentadoria premial (aposentadoria por tempo de serviço, não contributiva). Ocorre que esse entendimento fora firmado anteriormente à Constituição de 1988, e mantido em decisões posteriores, mas não se pode olvidar que, até o advento da EC nº 03/93, não havia que se falar em regime contributivo para os servidores públicos, o que justificava a razoabilidade da pena de cassação de aposentadoria, mesmo após ter o servidor implementado o requisito temporal.

Entretanto, após leitura do artigo publicado por MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO⁸, refleti melhor sobre referido posicionamento, mormente porque, o Supremo Tribunal Federal não enfrentou a alteração constitucional.

Com a promulgação da EC nº 20/98, o Constituinte, em seu art. 4º, inseriu preceito transformando o tempo de serviço em tempo de contribuição, o que nos leva a refletir sobre a recepção das normas legais, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, que preveem a cassação da aposentadoria mesmo que o servidor, à época, tenha preenchido os requisitos para receber proventos decorrentes da inatividade.

Isto porque a natureza do regime contributivo não é pre-

mial, mas sinalagmática, em que o servidor, durante certo lapso de tempo, contribui para o sistema de previdência a fim de que possa se manter quando da inatividade, seja por decurso de tempo ou por incapacidade laborativa.

Cito o nosso estimado e culto Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador PAULO DIMAS MASCARETTI, que já adotava esse entendimento, conforme se extrai da ementa do voto condutor do acórdão proferido no Mandado de Segurança nº. 2091987-98.2014.8.26.0000:

Mandado de Segurança - Demissão a bem do serviço público de Delegado de Polícia, posteriormente à impetração convertida em pena de cassação da aposentadoria, pronunciada pelo Governador do Estado - Hipótese em que incumbe ao Judiciário, no controle de legalidade, a verificação dos antecedentes de fato e sua congruência com as justificativas que determinaram a decisão administrativa, ou seja, o exame dos motivos que a ensejaram - Disciplina punitiva que deve subordinar-se ao princípio da proporcionalidade em sentido amplo, no qual se contém a razoabilidade, impondo-se então a equivalência entre a infração e a sanção aplicável - Ato administrativo impugnado que contém indicação plausível dos motivos que conduziram a autoridade apontada como coatora ao entendimento de que os fatos atribuídos ao impetrante poderiam ser tomados como de natureza grave a ponto de lhe ser aplicada a pena máxima, mostrando-se então legítima a opção adotada - Insubsistência do ato, no entanto, pela manifesta incompatibilidade das leis que preconizam a cassação de aposentadoria como sanção disciplinar com a nova ordem constitucional, estabelecida a partir da promulgação das ECs nºs. 03/93 e 20/98 - Aposentadoria que não mais representa um prêmio ao servidor, constituindo um seguro, ou seja, um direito de caráter retributivo face ao binômio custeio/benefício - Pena de cassação de aposentadoria que importa, ademais, em violação aos princípios da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana - Ordem concedida.¹⁰ (g.n.)

Desse modo, retirar a aposentadoria do servidor, cujo direito foi incorporado ao seu patrimônio jurídico, se me apresenta ofensivo ao princípio da segurança jurídica, notadamente ao ato jurídico perfeito.

6 Art. 154. São penas disciplinares: I - repreensão; II - suspensão; III - multa; IV - demissão; V - demissão a bem do serviço público; e VI - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

7 Art. 160. Será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o servidor policial inativo: I - praticou, quando em atividade, falta grave e que é cominada nesta lei a pena de demissão ou de demissão a bem do serviço público; II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública; III - aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do Presidente da República; e IV - praticou, quando convocado para o exercício efetivo de funções policiais, nos termos legais e regulamentares, quaisquer transgressões puníveis com demissão a bem do serviço público.

8 "Com a instituição do regime previdenciário contributivo, surgiu a tese de que não mais é possível a aplicação dessa penalidade, tendo em vista que o servidor paga uma contribuição, que é obrigatória, para garantia o direito à aposentadoria. (...) Sendo de caráter contributivo, é como se o servidor estivesse "comprando" o seu direito à aposentadoria; ele paga por ela. Daí a aproximação com o contrato de seguro. Se o servidor paga a contribuição que o garante diante da ocorrência de riscos futuros, o correspondente direito ao benefício previdenciário não pode ser frustrado pela demissão. Se o governo quis equiparar o regime previdenciário do servidor público e o do trabalhador privado, essa aproximação vem com todas as consequências: o direito à aposentadoria, como benefício previdenciário de natureza contributiva, desvincula-se do direito ao exercício do cargo, desde que o servidor tenha completado os requisitos constitucionais para obtenção do benefício. Qualquer outra interpretação leva ao enriquecimento ilícito do erário e fere a moralidade administrativa. Não tem sentido instituir-se contribuição com caráter obrigatório e depois frustrar o direito à obtenção do benefício correspondente. Assim, se a demissão não pode ter o condão de impedir o servidor de usufruir o benefício previdenciário para o qual contribuiu nos termos da lei (da mesma forma que ocorre com os vinculados ao Regime Geral), por força de consequência, também não pode subsistir a pena de cassação de aposentadoria, que substitui, para o servidor inativo, a pena de demissão". (In Cassação de aposentadoria é incompatível com regime previdenciário de servidores? Revista Consultor Jurídico, 16 de abril de 2015).

9 TJSP. MS 2091987-98.2014.8.26.0000, Órgão Especial, Rel. Des. PAULO DIMAS MASCARETTI, julgado em 28/01/2015.

INVESTIMENTO



REPRODUÇÃO / TJAM

Anoreg-AM e TJAM unem forças para a melhoria da prestação de serviços

Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM): no caminho da modernização para ampliar atendimento com eficiência.

Notários e Registradores do AM agilizam processos com novo software

O ano de 2016 foi dos mais profícuos para a Associação de Notários e Registradores do Amazonas (ANOREG/AM) dentro agenda positiva estabelecida pela entidade em parceria com o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJA) e a Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM).

Cacique Web - Um dos marcos deste alinhamento de esforços foi a criação e implantação do software “Cacique Web” que, com apoio técnico da Fundação Paulo Feitosa (FPF), uma das mais renomadas instituições de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia do Polo Industrial de Manaus (PIM), estabele-

ceceu um divisor de águas no atendimento ao público com a utilização da tecnologia da Informação. Para o Corregedor-geral do TJAM, este passo importante só possível pelo estreitamento do diálogo entre as instituições com a intenção de levantar as necessidades de novos investimentos e ações estratégicas, sempre de olhos voltados para o benefício da população. “Es-

tamos de portas abertas para encontrar soluções que atendam aos interesses sociais. A melhoria na prestação do serviço extrajudicial reflete na qualidade da atividade dos tabeliães, dos notários, dos registradores e, conseqüentemente,



chega até o usuário dos serviços, que é a população do Amazonas”, disse o corregedor-geral do TJAM, Desembargador Aristóteles Thury.

VI Encontro Amazonense de Notários e Registradores - Durante o VI Encontro Amazonense de Notários e Registradores, em agosto deste ano, o presidente da ANOREG, David Gomes David, realizou a entrega dos computadores com o sistema ‘Cacique’ instalado para cada um dos Notários e Registradores do Estado. “Nós temos orgulho de promover a entrega oficial do sistema ‘Cacique Web’, software que garante maior transparência e segurança nos serviços dos cartórios de todo o Estado do Amazonas”, ressaltou David.

Criação do sistema - O sistema foi desenvolvido em uma parceria entre a ANOREG-AM, Poder Judiciário, Fundação Paulo Feitosa (FPFtech) e patrocinada com recursos de Pesquisas e Desenvolvimento (P&D) da Samsung da Amazônia, com incentivos da Lei de Informática e apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Manual de Normas - Neste encontro, também foi lançado o Código de Normas que uniformiza e sistematiza os procedimentos dos serviços extrajudiciais. “O objetivo do Manual de Normas é padronizar e desburocratizar os serviços extrajudiciais, o que coloca a atividade em um novo patamar de prestação de serviços”, afirma o vice-presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB/AM, Marcelo Lima Filho.

Novo Portal de Selos - O novo portal foi criado com a intenção

de garantir a fiscalização dos atos extrajudiciais como também manter a transparência e confiabilidade na comunicação entre a Divisão de Fiscalização e Controle do Serviço Extrajudicial e os cartórios do Estado. A Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM) investiu em um sistema de informação na plataforma web que foi desenvolvido pela Fundação Paulo Feitosa (FPF) em parceria com a Samsung Eletrônica da Amazônia. Uma das justificativas para a criação da nova plataforma é a necessidade de dotar os cartórios, sobretudo do interior e na sua maioria deficitários, de uma ferramenta informatizada de gestão de atos extrajudiciais e facilitar a integração e comunicação com órgãos públicos além de permitir ao Poder Judiciário um melhor controle e fiscalização da atividade. A iniciativa foi da Corregedoria-geral de Justiça ainda na gestão do desembargador Yedo Oliveira, aperfeiçoada durante a gestão do ex-corregedor e atual presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Flávio Pascarelli, que estabeleceu as diretrizes para a criação de um portal de controle para cada ato cartorário, desde os valores recolhidos pelas unidades até os atos praticados diariamente.

Emissão de boletos bancários - Dentro do Portal é possível, ainda, a emissão de boletos bancários para o pagamento de atos de valor declarado. Desta forma, a movimentação de valores dentro dos cartórios deve diminuir e aumentar a sensação de segurança haja vista a quitação em ambiente bancário, de diversas formas: Internet, celular, caixa eletrônico ou no ambiente físico da agência.

“Para os oficiais e tabeliães, essa possibilidade é um avanço extraordinário porque mitiga o risco de violência dos ambientes de atendimento como também facilita a vida dos clientes que podem escolher a forma mais conveniente de fazer o pagamento”, ressaltou o presidente da ANOREG/AM, David Gomes David.

Fim das Correições in loco - Com o novo ambiente criado dentro do portal é possível uma maior fiscalização junto aos cartórios, o que só era possível com as correições in loco. Agora, cada clique representa o uso de municação pela Corregedoria para fazer com mais segurança e eficácia o processo de auditoria dentro de cada cartório. Os cidadãos vão ser os maiores beneficiados, pois a partir deste novo portal os cartórios serão melhor fiscalizados, garantindo um serviço mais qualitativo à sociedade assim como vai facilitar a execução do cronograma de auditorias e a troca de informações com outros órgãos, além de manter um histórico dos registros garantindo a segurança das informações recebidas e enviadas pelos cartórios.

Migração com sucesso - Em consonância com a implantação do portal ocorreu a migração dos nove Tabelionatos de Notas da capital, do antigo para o novo sistema. A atualização com mudança ocorreu com sucesso. As remessas, de selos emitidos pelo antigo endereço, não são mais aceitas. Um dos diferenciais do novo Portal de Selos é o “Selador”, uma ferramenta que transmite as informações para o novo Portal, permitindo que se tornem objeto de fiscalização e controle muito mais precisos pelo setor.

OPINIÃO

Usucapião Extrajudicial e o silêncio como discordância

O novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16.3.2015), seguindo a tendência em ascensão da desjudicialização de procedimentos, que ganhou ênfase a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida como emenda da reforma do Judiciário, introduziu na ordem jurídica brasileira, de forma opcional ao jurisdicionado, o instituto da usucapião extrajudicial processada perante o Registro de Imóveis, nos termos do artigo 1.071 do novo Código de Processo Civil que acrescentou o artigo 216-A ao texto da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos).

A ideia embrionária de retirar do Poder Judiciário a sobrecarga de processos, compartilhando com os notários e registradores os procedimentos que poderiam, com segurança, ser por eles praticados na via extrajudicial, poder-se-ia dizer que começou a tomar forma quando da promulgação da Lei Federal nº 9.514/1997, que instituiu a alienação fiduciária de bens imóveis no país. Com a entrada em vigor dessa lei, passou-se a “executar” a dívida pelo não pagamento das parcelas de financiamento imobiliário mediante o procedimento notificatório do artigo 26 da mencionada lei. Por ele, o mutuário é notificado a pagar a dívida em 15 dias e, não sendo feito o pagamento, estará autorizada a emissão, contra o devedor, de certidão de sua constituição em mora e, uma vez comprovado o pagamento do imposto de transmissão, realiza-se a averbação da consolidação da propriedade imobiliária em nome do credor. Ou seja, se depois de notificado, o devedor-fiduciante não pagar a dívida, perderá a pretensão real de aquisição do imóvel, assim como o credor-fiduciário se tornará o proprietário do imóvel objeto da garantia, operando-se, tudo isso, no âmbito administrativo, sem a

necessidade de ingresso em juízo.

Assim também ocorreu com a retificação de área, como procedimento administrativo previsto nos artigos 212 e 213 da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), com a redação dada pela Lei nº 10.931/2004, a qual pode ser procedida diretamente no Registro de Imóveis.

Outro destaque nesse sentido surgiu com a possibilidade de realizarem-se separações e divórcios na via extrajudicial, assim como inventários e partilhas de bens, os quais passaram a operar-se mediante escritura pública nos tabelionatos de notas, na forma da Lei Federal nº 11.441/2007 e regulamentação pela excelente Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Aqui cabe enfatizar que a Resolução do CNJ foi o que permitiu aos notários e registradores a tranquila, inequívoca e harmônica aplicação dos novos institutos no exercício de suas funções delegadas, tudo em consonância com os ditames da legislação notarial e registral.

O procedimento de usucapião extrajudicial em muito se assemelha ao procedimento de retificação de área de que trata o inciso II do artigo 213 da Lei nº 6.015/1973, o qual, da mesma forma, poderá ser facultativamente processado perante o Registro de Imóveis. Entretanto, ao contrário deste último, as regras concernentes à obtenção da anuência dos titulares de direitos reais sobre o imóvel, ou seus confrontantes, bem como os eventuais detentores de outros direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo, não preveem que, caso haja necessidade de notificá-los, a sua não manifestação no prazo de 15 dias acarretará a presunção da anuência.

Portanto, em uma época em que se busca, cada vez mais, desonerar o Judiciário,



João Pedro Lamana Paiva é presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB, vice-presidente do Colégio Registral do RS, oficial titular do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre e membro da Academia Brasileira de Direito Registral Imobiliário. Este artigo foi concluído em setembro de 2016.

aprovar o texto legislativo que prevê nos parágrafos 2º e 6º do artigo 216-A (acrescido à Lei nº 6.015/1973 pelo artigo 1.071 do CPC), o novíssimo e incoerente “instituto jurídico” da “discordância tácita” foi um retrocesso que fez com que todos os esforços para elaborar e aprovar a usucapião extrajudicial caíssem por terra, uma vez que, invariavelmente, após o insucesso na via extrajudicial, o procedimento terminará por ser remetido ao Poder Judiciário, única e exclusivamente em razão do silêncio do notificado.

Para os profissionais que têm intimidade com a atividade notarial e registral e dela se valem para solucionar as questões de seus representados, tais como engenheiros, advogados, corretores imobiliários e, especialmente, para os próprios notários e registradores, não há argumento jurídico que sustente a necessidade de não aplicar para o procedimento de usucapião extrajudicial o que, no mais das vezes, é praticado no Direito: a interpretação do silêncio como concordância.

Enfim, condicionar a anuência à expressa manifestação do notificado significa inviabilizar o sucesso do procedimento extrajudicial de usucapião e, dessa forma, caminhar na contramão do âmago da vontade do legislador da supracitada Emenda Constitucional nº 45/2004, uma vez que, nesses termos, a maioria das usucapiões, embora iniciem na via extrajudicial, desembocarão no mar aberto do Poder Judiciário, tornando, dessa forma, inúteis todos os esforços até aqui empreendidos, com esmero e afincamento, pelos registradores de todo o Brasil.

O projeto do novo CPC foi iniciado no Senado (PLS 166/2010) e teve sua redação aprovada em 15 de dezembro de 2010, sem nele contemplar o procedimento da usucapião extrajudicial. Quando o PLS 166/2010 foi para a Câmara dos Deputados para tra-

mitação, foi posto em votação o substitutivo SCD 8.046/2010, em cujo teor havia a inclusão do procedimento de reconhecimento extrajudicial da usucapião, além de outras alterações. No texto aprovado pela Câmara era previsto que, decorrido o prazo após a notificação sem impugnação dos titulares de direito real ou dos confinantes/confrontantes/lindeiros e estando em ordem os demais documentos, o oficial procederá ao registro da aquisição do imóvel em nome do requerente. Ou seja, previa a interpretação do silêncio como concordância, conforme redação original destacada abaixo:

Parágrafo 2º. Se a planta não contiver a assinatura de algum confinante, titular de domínio ou de direito real, este será notificado pelo oficial de registro de imóveis competente, para manifestar-se em quinze dias; a notificação pode ser feita pessoalmente, pelo próprio oficial registrador, ou pelo correio, com aviso de recebimento.

Parágrafo 6º. Transcorrido o prazo da última diligência notificatória sem qualquer impugnação e achando-se em ordem a documentação, o oficial de registro de imóveis registrará a aquisição do imóvel com as descrições apresentadas, sendo permitida a abertura de matrícula, se for o caso.

As alterações feitas pelo Senado, quando da revisão do texto substitutivo, assim, retiraram a eficácia do instituto ao recepcionar as alterações propostas pelo Parecer 954/2014 da Comissão Temporária do Código de Processo Civil, a qual alterou o texto para fazer constar que o silêncio dos titulares de direito real sobre o imóvel importaria sua discordância. Em 17 de dezembro de 2014, a redação final foi votada e aprovada no plenário pelo Senado, consolidando o texto do novo CPC contendo as disposições que determinam

"Para os profissionais que têm intimidade com a atividade notarial e registral (...), não há argumento jurídico que sustente a necessidade de não aplicar para o procedimento de usucapião extrajudicial."



Instituto de Registro Imobiliário do Brasil



IRIB / DIVULGAÇÃO

que o silêncio deva ser interpretado como discordância, apesar dos ingentes esforços das entidades representativas de registradores imobiliários – IRIB e ARISP – no sentido de propor sua modificação antes da votação do texto final.

No momento, estamos acompanhando o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Corregedoria Nacional do CNJ visando à regulamentação da matéria, no plano infralegal, por meio de provimento, cuja minuta está submetida à consulta pública (<http://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/consultas-publicas/regulamentacao-do-procedimento-de-usucapiao-extrajudicial>). O texto contou com a contribuição de registradores e notários, num esforço para promover a efetivação desse importante instrumento que não apenas proporcionará o acesso ao direito de propriedade a grande parte da população, mas também promoverá a regularização de significativo número de imóveis atualmente na informalidade em todo o país.

Entretanto, a redação dada ao texto legal, no sentido de que a ausência de vênua expressa discordância, conforme referido no § 2º do art. 216-A da Lei de Registros Públicos, além de contrariar todo o arcabouço jurídico brasileiro, fará com que o novo instituto da usucapião extrajudicial perca enormemente a sua eficácia.

No ordenamento jurídico pátrio, o silêncio, como regra processual, importa revelia. Uma

vez oportunizado o contraditório e presente o princípio da boa-fé objetiva, o silêncio presume anuência, como já consagrava no brocardo latino “qui tacit consentire videtur”.

Além disso, é extremamente questionável a exigência de anuência expressa dos proprietários tabulares, dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados ou averbados na matrícula, não somente em relação ao imóvel usucapiendo, mas também em relação ao imóvel lindeiro, o que, com toda a vênua, parece-nos um excesso de direito que, como tal, terminará por promover injustiça, como já diziam os romanos: “summum jus summa injuria”.

Dessa forma, nossa esperança é de que os rigorismos do texto legal sejam superados por uma regulamentação, através da Corregedoria Nacional do CNJ, que seja plena de razoabilidade e proporcione a eficácia reclamada pela norma, fazendo com que a usucapião extrajudicial venha a se tornar viável, sirva como efetivo instrumento de desburocratização e de alívio à pesada carga processual com que lida o Poder Judiciário, sob pena de que, nessa hipótese, a almejada desjudicialização não seja efetivamente alcançada, pois só estaremos deslocando o início do processamento para o Registro de Imóveis, que, na sequência, terminará por reenviar os interessados ao caminho da jurisdição, em atenção ao que dispõe o § 10 do art. 216-A da Lei de Registro Públicos.

"Dessa forma, nossa esperança é de que os rigorismos do texto legal sejam superados por uma regulamentação, através da Corregedoria Nacional do CNJ, que seja plena de razoabilidade e proporcione a eficácia reclamada pela norma."

POSSE



Cármem Lúcia assume o STF e dirige olhar ao povo brasileiro

Cerimônia de posse da ministra Cármem Lúcia na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

Ministra toma posse como presidente da Suprema Corte do País

A ministra Cármem Lúcia definiu seu compromisso máximo já na sessão solene em que tomou posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF): olhar com especial atenção para os cidadãos brasileiros durante sua atuação à frente do Poder Judiciário. “Minha responsabilidade é fazer acontecer as soluções necessárias e buscadas pelo povo brasileiro”, afirmou.

O discurso começou com uma interpretação pessoal do protocolo. “A norma protocolar determina que os registros e cumprimentos se iniciem pela mais elevada autoridade presente”, explicou a ministra. “Início, pois, meus cumprimentos, dirigindo-me ao cidadão brasileiro, princípio e fim do Estado, senhor do poder da sociedade democrática, autoridade suprema sobre todos nós, ser-

vidores públicos, em função do qual há de labutar cada um dos ocupantes dos cargos estatais”. Para a nova presidente do STF, o cidadão brasileiro está “muito insatisfeito por não termos o Brasil que queremos, mas que é nossa responsabilidade direta colaborar, em nosso desempenho, para construir”.

Em quase 40 anos de vida profissional no Direito, a ministra afirmou que o Direito é produto de valores culturais, mas a justiça é “um sentimento que a humanidade inteira acalenta” – e o juiz é o garantidor desse sentimento. “Guardar e fazer garantir a satisfação do sentimento de justiça de cada um e de todos os brasileiros como juíza constitucional é tarefa tão grata quanto difícil”, afirmou. “É compromisso que não tem fim”.



DIVULGAÇÃO / STF

TRANSFORMAÇÃO

Para a ministra Cármen Lúcia, o cidadão não está satisfeito, hoje, com o Poder Judiciário. “Para que o Judiciário nacional atenda a legítima expectativa do brasileiro não basta mais uma vez reformá-lo: faz-se urgente transformá-lo”. A tarefa, a seu ver, deve ser levada a efeito com o esforço de toda a comunidade jurídica e com a compreensão de toda a sociedade. “Os conflitos multiplicam-se e não há soluções fáceis ou conhecidas para serem aproveitadas”, ressaltou.

A transformação, segundo a ministra, deve de ser concebida em benefício exclusivamente do jurisdicionado, “que não tem porque suportar ou tolerar o que não estamos sendo capazes de garantir”. Entre os pontos que merecem atenção está a diminuição do tempo de duração dos processos sem perda das garantias do devido processo legal, do amplo direito de defesa e do contraditório, “mas com processos que tenham início, meio e fim, e não se eternizem em prateleiras emboloradas”.

A presidente afirmou que o Supremo construiu sua história a partir dos mandamentos constitucionais, e “continuará a ser assim”. O que se proporá a transformar diz respeito ao aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação jurisdicional, e cada proposta será imediatamente explicitada à sociedade. “De tudo se dará ciência e transparência”, afirmou. “Os projetos nesse sentido serão expostos, breve e pormenorizadamente, aos cidadãos”.

E foi ainda ao cidadão que a ministra endereçou uma última garantia. “O trabalho de entregar a justiça será levado a efeito com a intransigente garantia dos princípios constitucionais, firmados com o objetivo expresso de construirmos uma sociedade livre, justa e solidária. E o Judiciário, nas palavras de sua chefe, não se afastará desse encargo. “A tarefa é dificultosa, mas não deixaremos em desalento direito e ética que a Constituição impõe que resguardemos. Porque esse é nosso papel”. (Com informações do STF)

Autoridades do Poder Judiciário e os presidentes das Casas Legislativas, entre outros, estiveram presentes na solenidade de posse da ministra Cármen Lúcia.

CONVIDADOS COMENTAM POSSE DA NOVA PRESIDENTE DO STF

A posse da ministra Cármen Lúcia na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do ministro Dias Toffoli na Vice-Presidência, ocorrida na tarde de terça-feira (12 de setembro), contou com a presença de cerca de 1.500 convidados, entre eles autoridades dos Três Poderes, Ministério Público, entidades de classe e artistas brasileiros.

Confira a repercussão da posse entre alguns dos convidados:

Carlos Ayres Britto, ministro aposentado do STF

“Esse é um dia marcante na história do Supremo e da República. Uma presidente comprometida sempre com valores democráticos, republicanos. Constitucionalista de primeira linha e que pensa grande o Brasil e sabe fazer as coisas, sabe fazer acontecer o que diz e o que prega. Estou muito feliz, sou amigo dela de tanto tempo, 30 anos, e estou muito satisfeito com a chegada da Cármen ao cargo máximo do Supremo Tribunal Federal.”

Francisco Rezek, ministro aposentado do STF

“Cármen Lúcia é uma jurista de peso incomparável e de uma extraordinária consciência. O fato de ela assumir hoje a Presidência, com toda a carga que ela já trouxe ao chegar e com tudo aquilo que ela fez no Tribunal depois de ter assumido, faz deste momento algo histórico e que marcará época no Supremo Tribunal Federal.”

Ellen Gracie, ministra aposentada do STF

“É muito importante que haja mais uma mulher à frente do Poder Judiciário, e vai ser melhor ainda quando isso não for uma coisa extraordinária, for a rotina comum”.



Em discurso de posse, Cármen Lúcia destacou a prioridade de sua gestão: o povo brasileiro.

Laurita Vaz, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

“A expectativa com a gestão da ministra Cármen Lúcia é enorme. E ela já demonstrou que é uma grande administradora quando presidiu o Tribunal Superior Eleitoral. Naquela época eu era corregedora nacional de Justiça, então eu a conheço de perto, trabalhamos juntas. Ela terá um parceiro muito dinâmico na Vice-Presidência, que é o ministro Dias Toffoli, que também se mostrou um excelente administrador à frente do TSE.”

Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

“Colocamos muita esperança na gestão da ministra Cármen Lúcia à frente do STF pelo apurado senso de justiça que possui, aliado à reconhecida sobriedade que demonstra na administração da

coisa pública. O fato de já pautar temas trabalhistas que aguardavam há tempo uma definição revela ademais sua sensibilidade social, marca distintiva de uma personalidade tão simples e rica de interioridade.”

Roberto de Figueiredo Caldas, presidente da Corte Interamericana de Direito Humanos (Corte IDH)

“Temos a expectativa de que a ministra Cármen Lúcia, como magistrada sempre serena, profunda nos conhecimentos e sensível como ser humano, valorize sempre e cada vez mais os direitos humanos, que mais necessitamos no nosso Brasil e no mundo afinal. Que a prevalência do ser humano como norte para os afazeres do mais alto tribunal do nosso país seja sempre posta no maior relevo.”

Nélida Piñon, escritora e membro da Academia Brasileira de Letra (ABL)

“Ela encarna uma grande esperança. É uma mulher digna, competente, que sabe fazer a exegese do Brasil. Ela interpreta o Brasil e há de falar em nosso nome.”



DIVULGAÇÃO / STF

Ministra define agenda com presidentes dos Tribunais

■ ■ *Encontro com desembargadores aponta urgências da Justiça estadual*

Um dia depois de tomar posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia reuniu-se com os presidentes dos 27 Tribunais de Justiça do País, que representam o Conselho dos Tribunais de Justiça, com o objetivo de encaminhar a pauta de julgamentos do STF e definir as políticas públicas a cargo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conforme as necessidades dos estados. A ministra disse que a discussão de problemas comuns e a tomada de decisões conjuntas fortalecerão os tribunais, unificando com isso o Poder Judiciário.

Cármen Lúcia pretende realizar reuniões mensais com os presidentes dos TJs, repetindo o modelo que adotou quando presidiu o Tribunal Superior Eleitoral

(TSE). A próxima reunião já está marcada para o dia 14 de outubro.

No encontro com os desembargadores, a ministra lembrou que a Justiça estadual representa 80% do Poder Judiciário brasileiro. Exatamente por isso começou a série de reuniões pelos presidentes dos TJs.

Para elaborar a pauta do Supremo - que será fixada pessoalmente por ela em periodicidade mensal -, a ministra pediu aos presidentes dos Tribunais de Justiça que encaminhem, até o dia 30 de setembro, os temas de repercussão geral que consideram prioritários. Foi consenso que a questão dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos, cujos processos estão suspensos (sobrestados) em todo o País à espera de definição da matéria pelo

Na reunião com desembargadores, a ministra Cármen Lúcia afirmou que a tomada de decisões conjuntas fortalecerá os Tribunais.

Supremo, está em primeiro lugar.

Outra matéria que, de imediato, foi apontada pelos desembargadores como prioritária é a obrigação de o Estado fornecer medicamentos ou procedimentos médicos e cirúrgicos em decorrência de decisões judiciais. Este assunto também foi discutido na reunião com 26 governadores. A judicialização da saúde é realidade em 23 dos 26 Estados representados no encontro.

A ministra expôs aos desembargadores que a matéria está sendo tratada no âmbito do CNJ, onde uma câmara técnica estuda a adoção de medidas para orientar juízes aos quais são levadas demandas de fornecimento de medicamento ou tratamentos médicos. Para a presidente do STF, uma das medidas em estudo é a fixação de critérios objetivos para embasar as decisões judiciais.

Os governadores se comprometeram a colocar à disposição da justiça estadual médicos-peritos para orientar os magistrados nesses casos. A ministra pediu aos desembargadores que sejam levados a ela eventuais casos de descumprimento desse compromisso assumido, para que possa cobrar diretamente dos governadores envolvidos.

NÚMEROS

A ministra Cármen Lúcia quer saber quantos juízes em exercício há no Brasil, onde estão lotados, quantas comarcas estão providas e quantas estão sem titular. Essas informações também devem ser encaminhadas a ela até o dia 30 de

Presidentes dos TJs discutiram as prioridades do Judiciário estadual com a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

setembro. A ministra Cármen Lúcia também quer adotar em todo o País a realização de audiências virtuais entre magistrado e advogados das partes, a exemplo do que faz em seu gabinete no STF. E também estuda a utilização do sistema de videoconferência para a realização das audiências de custódia.

PROCESSOS

O terceiro dado solicitado aos presidentes dos Tribunais de Justiça diz respeito aos processos de execução fiscal. A ministra quer saber quantas são as varas especializadas em execução fiscal em todo o País e qual a deficiência das comarcas. Estima-se que haja um passivo de R\$ 2,4 trilhões em execuções fiscais no país, mas, segundo a ministra Cármen Lúcia, muito dessas dívidas são “podres”, e não correspondem à realidade. “Se forem dívidas podres, precisamos explicar isso à sociedade. O que não se pode é ter esse passivo fictício na conta do Poder Judiciário”, afirmou.

SEGURANÇA

O quarto item da pauta da reunião com os desembargadores foi

a questão dos presos provisórios e do sistema penitenciário. A nova presidente do STF disse que vai enfrentar esse problema com rigor. “É um problema que tem tudo a ver com a gente, porque é o juiz quem mandar prender, é o juiz quem manda soltar. A parede do presídio é um problema do Executivo, mas o ser humano que está lá dentro é problema nosso”, asseverou.

GRÁVIDAS

Evitar que as detentas gestantes deem à luz dentro de celas é uma das maiores preocupações da nova presidente do STF no que diz respeito aos graves problemas do sistema penitenciário. A ministra Cármen Lúcia quer que os estados ponham em funcionamento centros de referência da presa grávida, aos quais as detentas sejam encaminhadas no sétimo mês de gestação. “Quero terminar meu mandato sem nenhum brasileiro nascendo dentro de uma cela. Isso é inadmissível. Isso é simplesmente descumprir uma lei, a Lei do Ventre Livre. Esta é uma realidade que nós vamos mudar, tenham certeza”, finalizou. (Com informações da assessoria do STF)

DIVULGAÇÃO / STF



TJMG



RENATA CALDEIRA / TJMG

Desembargador Herbert Carneiro assume a Presidência do TJMG

■ ■ *Em cerimônia no Palácio das Artes, também tomou posse a diretoria do TJMG*

O desembargador Herbert Carneiro é o novo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O magistrado tomou posse em 1º de julho, juntamente com os demais membros da nova direção da Casa, eleitos para o biênio 2016/2018. O Grande Teatro do Palácio das Artes, tradicional complexo cultural em Belo Horizonte, foi o palco da cerimônia, bastante prestigiada.

Também tomaram posse os desembargadores Geraldo Augusto, como 1º vice-presidente e superintendente judiciário; Wagner Wilson Ferreira, como 2º vice-presidente e

superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef); Saulo Versiani Penna, como 3º vice-presidente e superintendente da Gestão da Inovação; André Leite Praça, como corregedor-geral de justiça; e Mariângela Meyer, como vice-corregedora-geral de justiça.

Na abertura da cerimônia de posse, a Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil do TJMG, sob a regência de Luciene Villani, executaram o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Poder Judiciário. A solenidade foi presidida pelo desembargador Pedro Bitencourt Marcondes,

O novo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, com desembargadores do TJMG na solenidade de posse: "Enorme o desafio, mas Deus haverá de nos prover de força, coragem e esperança para o exercício digno e honrado desse nobre mister".

que se despedia da Presidência da Casa. Antes de discursar, o magistrado leu carta da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que não pôde comparecer à cerimônia, devido a compromissos profissionais.

Em sua carta, além de levar seu abraço ao desembargador Pedro Bitencourt e aos novos membros da direção do TJMG, em especial ao desembargador Herbert Carneiro, a ministra ressaltou: "Tenho plena confiança de que este Tribunal de Justiça, sob a condução dos nobres desembargadores que iniciam o exercício das funções diretivas, honrará mais e mais a história desta Casa na esteira dos melhores valores de Minas Gerais".

SAUDAÇÕES

Em seu pronunciamento, o desembargador Pedro Bitencourt falou, sobretudo, do sentimento de gratidão que nutre em relação às inúmeras pessoas que estiveram ao lado dele em sua jornada no comando da Casa, desde o momento em que ele acalentou o sonho de se tornar presidente – desembargadores, servidores, familiares e membros de outros poderes.

Após enumerar alguns feitos de sua administração – “ousar dizer que foi uma gestão profícua” –, o desembargador Pedro Bitencourt afirmou: “Sempre há o que fazer. O Poder Judiciário, com toda a sua dimensão, está a requerer, continuamente, novas ideias, outros projetos, mais melhorias. Mas posso dizer que estou contente com as conquistas e com as sementes que foram plantadas para as próximas administrações. Lembro que as gestões anteriores também deixaram alicerces para várias melhorias”.

Aos membros da nova direção, o desembargador Pedro Bitencourt desejou êxito. “Somente com união e diálogo poderemos proporcionar a prestação jurisdicional que o povo brasileiro espera e exige”, ressaltou. Ele disse entregar o cargo “com o sentimento de dever cumprido e com força para continuar lutando pelo aperfeiçoamento da Justiça”.

A saudação oficial ao novo presidente coube ao desembargador Rogério Medeiros. O magistrado iniciou sua fala discorrendo sobre a função de julgar e fazendo um breve histórico do ofício, até chegar à Constituição Federal de 1988, que consagrou autonomia adminis-



RENATA CALDEIRA / TJMG

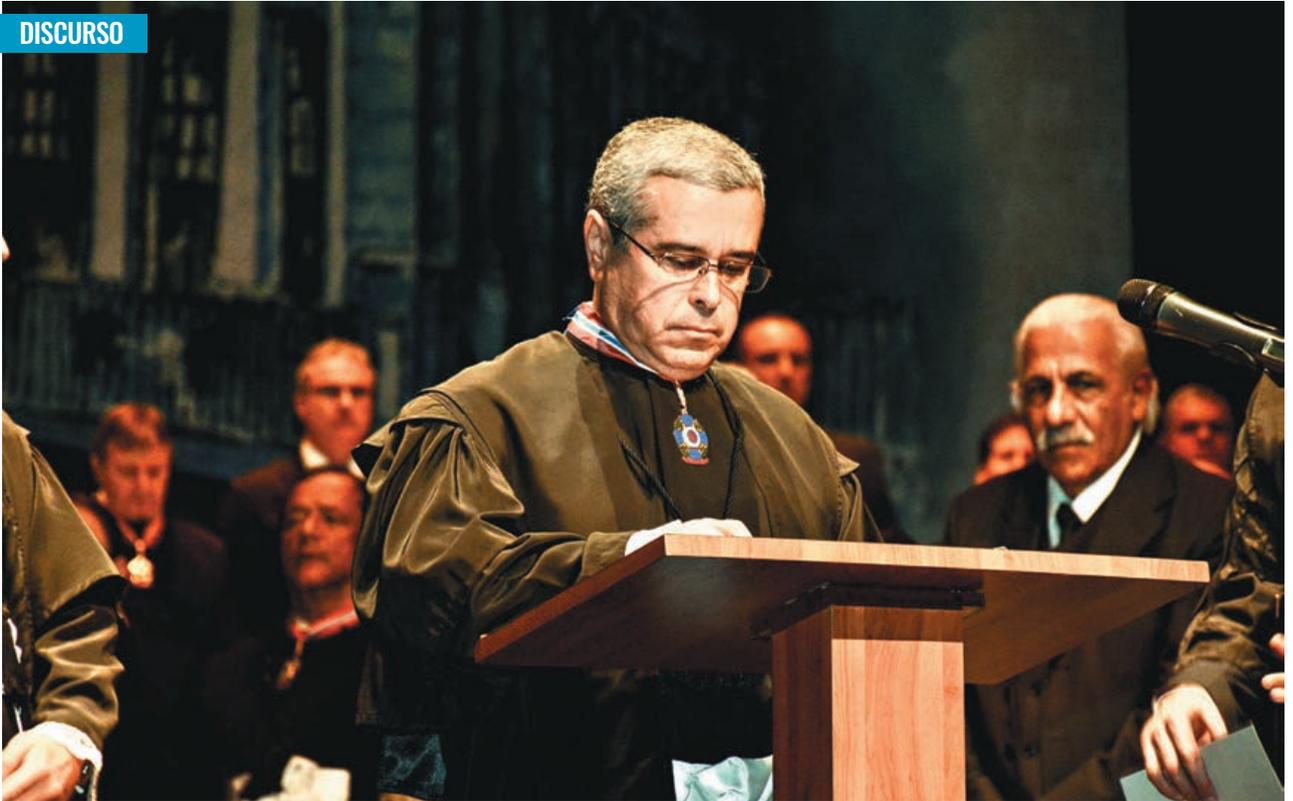
trativa e financeira ao Poder Judiciário no Brasil, permitindo a posse dos novos dirigentes do TJMG, por meio da eleição direta de seus pares.

Relembrando a trajetória do desembargador Herbert Carneiro, o magistrado ressaltou a origem geográfica do novo presidente, que é mineiro de Conceição do Mato Dentro, e mencionou conterrâneos de destaque do empossado, entre eles, o político José Aparecido de Oliveira. Disse acreditar que, “com espírito conciliador e humildade, o desembargador Herbert Carneiro governará o Judiciário mineiro, nos próximos dois anos, tendo a seu lado uma plêiade de competentes gestores”.

Entre outros pontos, o desembargador Rogério Medeiros enalteceu a diretoria que esteve no comando do Tribunal mineiro no biênio 2014/2016. E lembrou lições de juristas, entre eles a do desembargador José Renato Nalini, ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que afirma ser todo juiz, queira ou não, docente, já que em suas decisões “está a ensinar as partes e a sociedade, a todos transmitindo a sua visão de justiça e a mais adequada concisão do justo, no caso concreto que lhe coube apreciar”.

Cerimônia de posse da nova Diretoria do TJMG lotou o Grande Teatro do Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

DISCURSO



RENATA CALDEIRA / TJMG

Discurso de posse destaca “devotado amor ao Tribunal”

Desembargador Herbert Carneiro: missão à frente do TJMG reafirma o “sagrado compromisso com a investidura”.

■ ■ Desembargador Herbert Carneiro citou o Papa Francisco ao assumir

O novo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, discursou após prestar o compromisso legal e assinar o termo de posse. As primeiras palavras dele, uma citação do Papa Francisco – “ter fé não significa estar livre de momentos difíceis, mas ter a força para os enfrentar sabendo que não estamos sozinhos” –, indicaram o desejo do desembargador de que a missão confiada a ele represente a reafirmação do “sagrado compromisso com a investidura” e a expressão do “devotado amor ao Tribunal de Justiça”. “Enorme o desafio, bem o sabemos, mas Deus haverá de nos prover de força, coragem e esperança para o exercício digno e honrado desse nobre mister”, disse, referindo-se à missão de dirigir o Poder Judiciário mineiro.

Ele afirmou que vivemos tempos de reconhecidas dificuldades políticas, econômicas, éticas e sociais, o que exige sabedoria de todos, para não se

perderem esperanças e sonhos, e declarou seu otimismo com relação à superação das dificuldades pelas quais o Brasil passa. Disse ainda que a posse dos novos dirigentes do TJMG era uma oportunidade para registrar a importância do Poder Judiciário no contexto nacional.

Narrando brevemente a história “O Moleiro de Sans-Souci”, do poeta francês François Andrieux, o desembargador destacou o fato de a lenda ser dedicada a quem zela pela lei, independentemente da condição de indivíduo, grupos, governos e partidos. “Sem Poder Judiciário forte e independente, não haverá justiça nem democracia no Estado Brasileiro”, afirmou. Lembrou que o Judiciário possui mais de 107 milhões de processos que estão sob a responsabilidade judicial de pouco mais de 15 mil juízes, o que impõe carga excessiva de trabalho para magistrados e servidores, com reflexos na

morosidade da tramitação processual.

Ressaltou ainda outras dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário, reiterou a necessidade de avançar no aprimoramento do sistema de justiça brasileiro e a importância das parcerias institucionais com órgãos e demais poderes, bem como com associações de magistrados, a Ordem dos Advogados do Brasil e a imprensa. Mencionou ainda os muitos avanços empreendidos pelo TJMG nos últimos anos, tecendo homenagem especial à gestão do desembargador Pedro Bitencourt, que considerou diferenciada, e estendeu o agradecimento aos demais membros da direção na gestão 2014/2016.

Em seu discurso de posse, o novo presidente reafirmou também sua disposição para atuar dentro dos preceitos do diálogo, do compromisso e do trabalho e listou as metas que serão prioritárias em sua gestão: expandir a política de segurança para magistrados e servidores, especialmente em seus postos de trabalho; alterar a Resolução 495/2006, que trata dos critérios promocionais da magistratura; intensificar a promoção de cursos de formação permanente de magistrados e servidores, especialmente aqueles voltados para a gestão judiciária; buscar os recursos necessários para quitar direitos trabalhistas de magistrados e servidores; promover encontros regionais de magistrados e servidores com a direção do Tribunal, de modo a descentralizar e racionalizar os serviços; modernizar as estruturas administrativas do Tribunal, com a utilização de ferramentas de informatização. Fez agradecimentos especiais a familiares, a amigos, à sua cidade natal – Conceição do Mato Dentro –, aos demais desembargadores e desembargadoras, ao desembargador Rogério Medeiros, pela saudação oficial, e às autoridades de outros poderes.

A cerimônia se encerrou com a apresentação da peça teatral “O Menestrel”, atribuída a William Shakespeare, obra memorável na qual o escritor inglês fala sobre o aprendizado que nasce com a maturidade. As últimas palavras do texto, apresentado pelo artista Moacir Reis, deixaram, para o público presente na solenidade, uma mensagem

de otimismo em relação à vida:

“Depois de algum tempo (...) você aprende que o tempo não é algo que possa voltar. Portanto, plante seu jardim e decore sua alma, em vez de esperar que alguém lhe traga flores. E você aprende que realmente pode suportar... que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais. E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida!”

MESA DE HONRA

Compuseram a mesa de honra, ainda, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel; o vice-governador, Antônio Andrade; o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Adalclever Ribeiro Lopes; os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Medina e Arnaldo Esteves Lima; o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), desembargador Luiz Felipe Silveira Difini; o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Paulo Roberto Vasconcelos; o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desembargador Carlos Levenhagen; o ex-governador Alberto Pinto Coelho; os desembargadores do TJMG Fernando Caldeira Brant, Kildare Carvalho, Wander Marotta e Antônio Sérvulo dos Santos; o procurador-geral de justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; o senador José Perrella; o deputado federal Fábio Ramalho; o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; o presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, Wellington Magalhães; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG), desembargador Geraldo Domingos Coelho; o presidente do Tribunal de Justiça Militar, Fernando Galvão da Rocha; o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Lima; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador João Ricardo dos Santos Costa; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB/MG), Antônio Fabrício de Matos Gonçalves; e o prefeito de Conceição do Mato Dentro, Reinaldo César de Lima Guimarães. **(Por Renata Caldeira, do TJMG)**

TRAJETÓRIA

Com mais de 35 anos de dedicação ao Poder Judiciário mineiro – 24 deles como magistrado –, o desembargador Herbert Carneiro, 56 anos, é mineiro de Conceição do Mato Dentro (região Central). Desembargador do TJMG desde 2009, é mestre em direito empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e especialista em direito de empresa pela Fundação Dom Cabral.

Servidor do TJMG desde 1980, foi nomeado assessor judiciário da Presidência do TJMG em 1989, onde atuou até 1992, quando entrou na magistratura. Passou pelas Comarcas de Almenara, Caratinga e Belo Horizonte. Na capital, foi juiz diretor dos Juizados Especiais Criminal e Cível, titular da Vara de Execuções Criminais e membro da Turma Recursal Criminal. O desembargador presidiu a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) de 2013 a 2015.

No Ministério da Justiça, foi presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vice-presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas do Ministério da Justiça e membro efetivo da Comissão Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas.

Foi professor de execução penal no curso de pós-graduação da FDMC e coordenou o módulo de direito penal e processual penal da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) no Curso de Formação Inicial de Magistrados, orientando também os novos juizes. Sua trajetória é marcada ainda pela realização de várias palestras e pela publicação de inúmeros artigos jurídicos.

TJMG



MARCELO ALBERT / TJMG

TJMG divulga medidas para a melhoria da execução penal

■ ■ *Atos normativos vão afetar diretamente o sistema carcerário*

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Herbert Carneiro, e autoridades ligadas à área da segurança pública assinaram diversos atos normativos para ampliar a política de execução penal no Estado. A assinatura dos documentos ocorreu durante uma reunião de trabalho do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal, responsável pelo acompanhamento dos sistemas carcerário e de execução das medidas socioeducativas.

Algumas iniciativas serão adotadas em

parceria com outros órgãos e entidades. Os atos normativos preveem a implantação e/ou a regulamentação do uso de sistemas, recursos e programas. Em alguns casos, iniciativas já implantadas serão melhoradas. Todas as medidas têm o objetivo de promover avanços na execução penal, garantindo mais agilidade ao trabalho e o cumprimento dos direitos das pessoas que estão cumprindo pena.

O desembargador Herbert Carneiro falou dos seus esforços, nesses 38 dias de gestão, para já apresentar propostas.

Desembargador Herbert Carneiro, presidente do TJMG, anunciou medidas que têm o objetivo de promover avanços na execução penal.

“Além das discussões sobre o orçamento, me dediquei ao sistema de justiça penal. Tenho conversado com autoridades e discutido parcerias. Acredito que o Judiciário tem também um compromisso social”, disse. O magistrado lembrou sua dedicação ao sistema de justiça penal e falou sobre a importância de uma soma de esforços para minimizar os problemas encontrados nessa área.

CIDADANIA

Herbert Carneiro afirmou que as melhorias têm impactos na segurança pública e no exercício da cidadania. Na reunião para assinatura dos atos, o desembargador fez ainda um agradecimento às pessoas que integram o Programa Novos Rumos, setor do TJMG que acompanha as iniciativas na área da execução penal e do sistema carcerário. “Queremos o fortalecimento do Programa Novos Rumos, para que ele seja o mais proativo possível”, afirmou.

Um dos atos normativos regulamenta o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (Seeu), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O sistema permite o controle informatizado da execução penal na primeira instância. A portaria conjunta estabelece uma fase como projeto-piloto e, posteriormente, a implantação nas demais unidades judiciais com competência para o julgamento de ações penais. “É um programa de êxito, cujo modelo vem do Paraná”, disse o presidente Herbert Carneiro.

Outro ato trata da regulamentação dos recursos decorrentes das prestações pecuniárias, que são valores pagos em dinheiro no caso das transações penais – quando é aplicada uma pena não privativa de liberdade ao acusado de um crime de menor potencial ofensivo – ou a partir de sentenças condenatórias. Segundo o desembargador Herbert Carneiro, atualmente o Judiciário dispõe de mais de R\$ 40 milhões oriundos do pagamento de penas pecuniárias, que podem ser aplicados em uma série de projetos, como, por exemplo, os de conclusões de Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (Apacs). As Apacs são

MARCELO ALBERT / TJMG



instituições onde o cumprimento da pena é feito de forma humanizada, buscando a reinserção social do preso e a não reincidência no crime.

APACS

Uma das portarias conjuntas assinadas fixa normas para a transferência de presos em cumprimento de pena privativa de liberdade para os Centros de Integração Social (CRS) geridos pelas Apacs. Uma das exigências é que o condenado mantenha vínculos familiares ou sociais na região do Estado onde está localizado o CRS.

A destinação dos recursos oriundos do pagamento das penas pecuniárias será alvo de outra medida, que é o estudo de viabilidade de construção de uma plataforma eletrônica para o gerenciamento dessas quantias.

Durante a reunião, também foi assinado um documento que institui o Programa Julgar, que é uma rede ampliada de Justiça Criminal. Esse programa prevê uma atuação direcionada para as varas criminais com maior taxa de congestionamento.

Representantes de organismos de Segurança Pública participaram da cerimônia de assinatura dos Atos Normativos.



Por meio do programa, os juízes receberão apoio para dar vazão ao grande número de processos.

O presidente Herbert Carneiro também falou sobre a ampliação do sistema de gravação de audiências, que terá expansão imediata, contemplando as comarcas do interior.

Entre as ações anunciadas, está o redesenho do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), que acompanha o portador de sofrimento mental que cometeu algum crime. O presidente ressaltou a importância do programa, destacando a atenção que a iniciativa receberá em sua gestão.

REMIÇÃO

A reunião serviu ainda para a assinatura de resoluções que tratam do projeto de remição da pena pela leitura, do monitoramento de presos pelas tornozeleiras eletrônicas e para a desativação, conforme um cronograma, de 89 cadeias públicas administradas pela Polícia Civil do Estado. As resoluções

foram assinadas por diversas autoridades, conforme o tema e o órgão responsável pela iniciativa abordada.

Estiveram presentes na reunião, além do presidente Herbert Carneiro, o corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça, o coordenador executivo do Programa Novos Rumos, desembargador José Antônio Braga, o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt, o secretário de estado de Defesa Social, Sérgio Barboza Menezes, o subdefensor público geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, representando a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Marco Antônio Badaró Bianchini, o delegado-geral João Otacílio da Silva Neto, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, Antônio Fabrício de Mattos Gonçalves. Também participaram da reunião desembargadores, juízes e servidores que atuam na área da execução penal. (Com informações do TJMG)

Cerimônia também foi marcada pela assinatura de resolução que desativa 89 cadeias públicas administradas pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

TJAM



RAPHAEL ALVES / TJAM

TJAM: o desafio de administrar em meio a crise na economia

■ ■ Desembargador Flávio Pascarelli Lopes quer gestão eficiente

Reunião de desembargadores no TJAM: meta da nova gestão, sob presidência do desembargador Flávio Pascarelli Lopes, é buscar a eficiência com economia.

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) vai sediar o 108º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, nos dias 29 e 30 de setembro, sob nova gestão. O desembargador Flávio Pascarelli Lopes assumiu o principal cargo da Corte Estadual com um grande desafio: administrar em meio a uma forte crise na economia do País, que reduziu recursos em todas as esferas e limitou o desenvolvimento de inúmeros projetos das instituições públicas e também da iniciativa privada. Já na solenidade de posse, em 4 de julho, Pascarelli afirmou que sua administração enxugaria gastos para

continuar prestando uma jurisdição eficiente e que contava com maior participação dos servidores e magistrados na sua gestão.

Uma dessas ações já foi possível observar com o exugamento da estrutura do Tribunal, onde alguns setores foram unificados ou mesmo extintos. “Por conta da virtualização dos procedimentos judiciais, alguns setores se tornaram ociosos e outros, por outro lado, ficaram sobrecarregados. Por essa razão, o presidente Flávio Pascarelli solicitou que fosse feito um levantamento da situação e onde poderia ser promovida uma reestrutu-

ração, sobretudo na atividade judicial. A intenção é que resulte em otimização do serviço público e maior economia para o Poder Judiciário, agilizando o trâmite processual”, explicou o secretário-geral de Administração do TJAM, Milardson Rodrigues.

Em um dos exemplos, o setor de Autuação, que foi extinto, o serviço realizado passou a ser feito pela Distribuição do 2º Grau, sem comprometer o fluxo de trabalho. De acordo com o secretário-geral de Justiça do TJAM, Fernando Todeschini, antes dessa medida, os atos tinham que passar por dois setores e, depois da unificação,



RAPHAEL ALVES / TJAM

somente por um, promovendo maior celeridade ao trâmite processual.

No final de agosto, o presidente Flávio Pascarelli assinou a Portaria nº 1684/2016-PTJ, instituindo o Núcleo de Assessoramento Jurídico Virtual no TJAM para prestar assessoria jurídica a distância às Comarcas do Amazonas, prioritariamente as do interior do Estado, objetivando impulsionar o andamento dos processos onde houver um número reduzido de servidores. A assessoria virtual, outra importante medida para a economia na Corte, vai colaborar principalmente na redução dos custos com deslocamentos entre as Comarcas do interior, considerados elevados, uma vez que o Estado do Amazonas possui dimensões continentais, onde o acesso aos municípios muitas vezes só pode ser feito por meio de barco ou avião, oferecendo uma logística peculiar. Em relação às viagens de barco, por exemplo, dependendo do município e da época do ano (seca dos rios ou no período da enchente), demoram dias. E tudo isso representa custo para o Poder Judiciário.

Para a criação da portaria também foram observadas questões como a carência de servidores e de magistrados nas Comarcas do Amazonas, além do número significativo de

processos com excesso de prazo ou carências decorrentes de situações contingenciais. O presidente mencionou ainda o compromisso assumido pelo Poder Judiciário nacional de julgar até 31 de dezembro deste ano, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2012 e a quantidade de feitos que se enquadram na Meta 2 de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Estamos considerando ainda a necessidade de assegurar a razoável duração do processo e a prestação jurisdicional com eficiência”, enfatizou o presidente. O Núcleo de Assessoramento Jurídico Virtual é composto por um juiz auxiliar da Presidência, que atua como coordenador; mais três juízes, na condição de supervisores, cabendo, em certos casos, competência para decidir em processos; dez servidores com formação em Direito para a elaboração de serviços técnico-jurídicos; e cinco servidores para tarefas inerentes à Secretaria de Vara.

Outra medida para otimização de gastos é a instituição e regulamentação do Banco de Horas no tribunal, que deverá ser implantado até o final de setembro ou em outubro, o que reduzirá despesas relacionadas a pagamento de horas extras, sem prejuízo do serviço prestado ao cidadão. “Todo pedido de banco

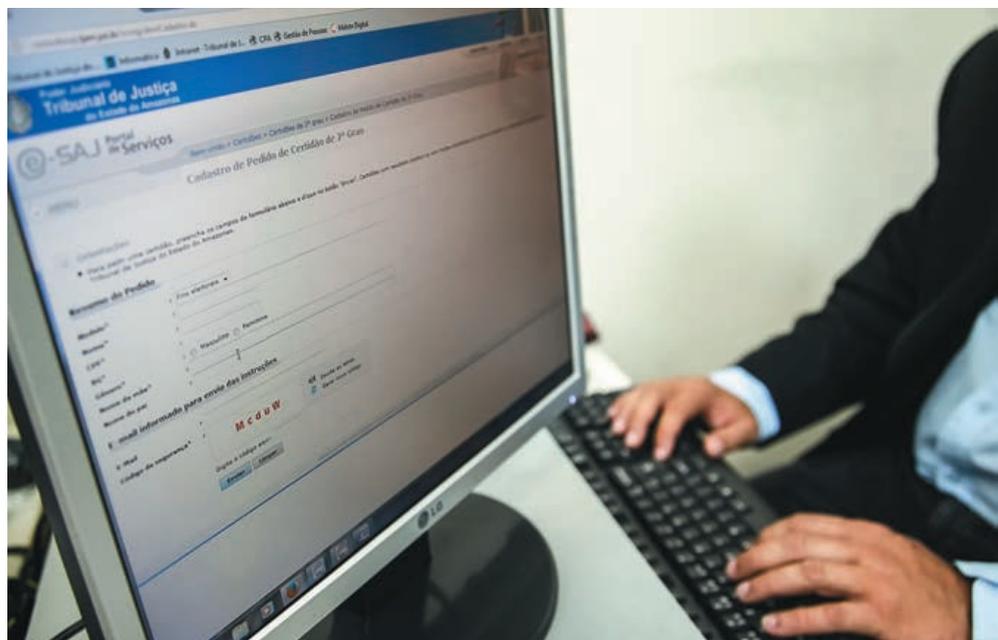
Comarcas do interior do Estado serão acompanhadas de perto pelo TJAM, por meio do Núcleo de Assessoramento Jurídico Virtual.

de horas deverá ser previamente precedido de autorização do chefe hierárquico, portanto, haverá um rol de procedimentos a ser rigorosamente seguido”, enfatizou o secretário-geral de Administração Milardson Rodrigues, acrescentando que os setores competentes vêm trabalhando nas adequações do sistema que permitam aferir a carga horária do servidor.

Rodrigues lembrou também da renegociação de contratos novos, visando reduzir custos, e ainda a ampliação da terceirização de serviços que não sejam enquadrados na atividade-fim, conforme previsto na legislação, como, por exemplo, atividades relacionadas à operador de som e manutenção predial. A terceirização dos serviços também foi implementada com sucesso no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), ainda na gestão Flávio Pascarelli, resultando em números positivos para a Corte Eleitoral amazonense. “A terceirização no TJAM já é realizada e iremos apenas estender a outros serviços que não sejam atividade-fim. Com esse tipo de medida, estaremos desonerando a Folha de Pagamento, gerando menos impacto ao orçamento geral do Tribunal”, afirmou o secretário-geral de Administração.

O presidente do TJAM, desembargador Flávio Pascarelli, explicou que essas são apenas algumas das medidas iniciais, implantadas com menos de três meses de trabalho e ainda há as que estão em fase de desenvolvimento, demonstrando o compromisso da gestão para o enfrentamento da crise na economia pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. “A crise representa uma oportunidade para renovação de ideias, de conceitos; é o momento para se buscar a criatividade e identificar seu potencial e como maximizá-lo. Temos situações difíceis a enfrentar, assim como qualquer instituição do País nesse momento, mas estamos buscando meios que nos permitam promover ações que solucionem ou amenizem essas dificuldades e, desta forma, os servidores e magistrados possam desenvolver seu trabalho em condições mais adequadas e promover a prestação jurisdicional ao cidadão que procurou o Poder Judiciário”, declarou o magistrado.

Logo que assumiu a Presidência do



RAPHAEL ALVES / TJAM

Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), o desembargador Flávio Pascarelli constatou um déficit de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões/mês em relação à Folha de Pagamento. Os gastos com pessoal giravam em torno de R\$ 42 milhões, enquanto que os recursos para este fim reduziram para R\$ 38 milhões, em média, devido à crise da economia. Essa situação levou o presidente do Tribunal a articular, pela primeira vez, uma discussão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Assembleia Legislativa do Estado com a participação do TJAM e demais representantes do Sistema de Justiça.

“Considero que foi um momento histórico para o Amazonas, onde os chefes dos Poderes se reuniram para debater a Lei Orçamentária do Estado. Nas reuniões, tive a oportunidade de expor a realidade financeira do Judiciário amazonense, da mesma forma que o chefe da Defensoria Pública, Rafael Barbosa, também fez em sua exposição”, lembrou Pascarelli. Como resultado, o TJAM, a Defensoria Pública e Ministério Público Estadual asseguraram recursos importantes para 2017, por meio de uma emenda coletiva ao Projeto de Lei nº 106/2016, que trata da LDO/17.

Em relação ao Tribunal de Justiça, ficou assegurado o acréscimo de 0,1% no percentual da receita tributária líquida do Estado já fixada. A partir de janeiro do ano que vem, a Corte sairá do atual patamar de 7,7% para 7,8% da

Prestação de serviços com apoio da informática: meta é avançar cada vez mais na modernização.



Movimento Frentas: encontro histórico que reuniu Magistratura e Ministério Público em torno do fortalecimento do Judiciário.

receita, o que dará um fôlego à instituição no ano que vem. Os parlamentares compreenderam a delicada situação dos órgãos e justificaram, na emenda coletiva, que o objetivo de atender as demandas dessas instituições era para que as mesmas pudessem prestar serviços aos jurisdicionados “em razão, notadamente, das dificuldades orçamentárias e financeiras que os referidos órgãos estão enfrentando”.

Outra vitória importante para o sistema de Justiça do País, neste segundo semestre do ano, foi a alteração do texto original do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 257/2016, aprovado no início de agosto pela Câmara dos Deputados, sobre a renegociação das dívidas dos Estados. Na propositura original, a matéria continha dispositivos que trariam efeitos devastadores para o Poder Judiciário, dentre eles, a extinção de Comarcas e até demissão de funcionários, o que comprometeria as atividades dos Tribunais em todo o País.

O presidente do TJAM conversou com parlamentares da bancada do Amazonas visando alertar aos deputados para os riscos que estavam embutidos no texto original do PLC 257/2016; e também integrou o Movimento Frentas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público), co-

ordenada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que reuniu mais de 500 juízes, promotores públicos e outros profissionais para lutar contra medidas legislativas que visavam o enfraquecimento do trabalho contra a corrupção realizado pela Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Federal.

“O Movimento Frentas foi um encontro histórico, onde todas as instituições se fizeram representar para dizer um não contra as medidas legislativas que visam enfraquecer o combate à corrupção. Medidas estas que afetam todo o Sistema de Justiça e que, por consequência, diminuem a possibilidade dos jurisdicionados terem o amplo acesso a esse sistema, como garante a Constituição Federal”, declarou o presidente do TJAM, desembargador Flávio Pascarelli. “O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280/2016 cria dispositivos para processar criminalmente as autoridades encarregadas de combater a corrupção; já o PLC 257/16 por sua vez, no Judiciário, podia causar a extinção de Comarcas, a dispensa de terceirizados e a disponibilidade de juízes, além da exoneração de funcionários e impedimento para contratações”, acrescentou.

O PLS 280/2016, de acordo com a Associação

dos Magistrados Brasileiros (AMB), altera a Lei de Abuso de Autoridade, colocando em risco as operações de combate à corrupção, com dispositivos que abrem a possibilidade de punição ao juiz pelo fato de interpretar a lei, atingindo a independência e criminalizando a atividade judicial.

AÇÕES E PROJETOS

Desde o início da gestão Pascarelli que o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) vem desenvolvendo uma série de ações voltadas para a melhoria da eficiência da prestação jurisdicional e redução de gastos. Algumas áreas têm sido priorizadas como é o caso das ações relacionadas à violência contra a mulher, devido ao grande volume de processos em tramitação nos dois Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que funcionam em Manaus.

Já no segundo mês de trabalho da gestão, o mutirão de audiências de instrução e julgamento nos Juizados, promovido em duas semanas, resultou em 1,4 mil processos de violência contra a mulher sentenciados e 900 audiências realizadas, números que superaram as metas iniciais estabelecidas pelo TJAM. A iniciativa aconteceu no período de 15 a 26 de agosto, como parte da campanha Justiça pela Paz em Casa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e também para reduzir o volume de processos nos dois juizados "Maria da Penha". De acordo com a juíza Elza Vitória de Melo, que coordenou a ação no Judiciário amazonense, só foi possível alcançar esses números graças ao empenho das equipes dos juizados – que ganharam o reforço de mais sete juízes nesse período para a realização das audiências –, da Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Amazonas (OAB-AM), Associação dos Notários e Registradores (Anoreg-AM) e do Ministério Público Estadual. "Em novembro estaremos realizando mais uma edição do mutirão de audiências de instrução e julgamento pelos Juizados 'Maria da Penha', como parte dos esforços do TJAM para fazer frente à grande demanda nesta área", frisou a juíza Elza.

As atividades dos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher também ganharam reforço com o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TJAM e a Câmara Municipi-

RAPHAEL ALVES / TJAM



Atendimento às mulheres ganhou atenção especial no TJAM. Combate à violência doméstica virou prioridade entre as ações.

pal de Manaus (CMM) no início de agosto, que permitirá à Corte Estadual imprimir maior celeridade à tramitação desses processos, buscando reduzir o grande acervo dos dois juizados. A parceria com a Casa Legislativa Municipal tem validade de 24 meses, sem ônus para o TJAM, e prevê a disponibilidade de dez servidores da CMM para reforçar a equipe dos Juizados "Maria da Penha", a fim de exercerem atividades relacionadas às rotinas cartorárias, além de veículos.

A juíza Elza Vitória de Mello também ressaltou que estão sendo elaborados projetos para proporcionar maior celeridade ao trâmite dos processos de violência contra a mulher. Uma das ideias é desenvolver em Manaus, a partir do ano que vem, uma ação similar ao projeto Violeta, implantado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e que foi prêmio Innovare 2014, se destacando por promover a celeridade e a facilidade de acesso à Justiça por mulheres vítimas de violência. O projeto, que conta com o apoio de uma unidade móvel de atendimento, estabelece um fluxo de atendimento rápido: a vítima registra o caso na delegacia, que o encaminha de imediato à apreciação do juiz.

Outro projeto importante da gestão Pascarelli



RAFAEL ALVES / TJAM

Acordos firmados pelo TJAM garantem apoio a projetos de combate à violência doméstica no Amazonas.

é o novo Regimento Interno do TJAM, em fase de desenvolvimento, adequando às inovações trazidas pelo Código de Processo Civil; e na elaboração de resolução para regulamentar o Plantão Judicial, que irá facilitar a informação e proporcionar maior transparência aos atos oriundos do exercício dos plantões de 1º e 2º graus.

Também vem intensificando ações voltadas ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário, buscando maior participação da população em temas relacionados ao Direito, por meio dos eventos promovidos gratuitamente pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam) e Escola de Aperfeiçoamento do Servidor (EASTJAM).

Em relação à Esmam, em menos de dois meses de trabalho já foram realizados o Fórum de Direito Ambiental, no mês de julho, com participação de mais de 600 pessoas; o Curso de Atualização em Direito Eleitoral, com média de 300 pessoas/dia durante uma semana, tendo como um dos palestrantes o ministro do TSE Henrique Neves; e ainda a primeira atividade do projeto Justiça Interativa, voltado a estudantes do Ensino Médio, de escolas públicas de Manaus, com a finalidade de promover a aproximação entre Judiciário e cidadão. Até o fim do ano, 12 escolas serão visitadas pelo projeto, onde

os magistrados do TJAM explicarão aos alunos as funções, atividades e órgãos que fazem parte do Judiciário.

Logo na primeira atividade do projeto, realizada no final de agosto deste ano, 80 estudantes do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Castelo Branco, localizada na zona Oeste da capital amazonense, acompanharam a palestra do juiz de Direito Luís Alberto Nascimento Albuquerque, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Manaus. A conversa com o magistrado já influenciou o estudante Edson Santos, de 17 anos, que pretendia cursar Medicina, porém, depois da palestra, decidiu repensar a escolha profissional. “O projeto abriu novos horizontes, me fez enxergar um novo caminho e conhecer carreiras que ainda não tinha pensado”, disse.

A Escola de Aperfeiçoamento do Servidor (EASTJAM) é outro braço do Tribunal voltado para a formação e melhoria profissional dos servidores do Poder Judiciário. São vários projetos programados pela gestão Flávio Pascarelli, dentre eles, a capacitação dos funcionários nas suas unidades de trabalho, onde também serão colhidas as necessidades dos profissionais, conforme a sua rotina de trabalho; e o “Projeto de Monitoria”, onde haverá um monitor que auxiliará nas demandas técnicas dos servidores relacionadas à movimentação do sistema e rotinas cartorárias. Outra importante ação desenvolvida pela EASTJAM é a gestão de estágio. Uma novidade é a ampliação de estagiários em Comarcas do interior. A ideia é disponibilizar um estagiário de nível médio em cada unidade judicial nos municípios e, onde haja Faculdade de Direito, será colocado também estagiário de nível superior, levando oportunidade de aprendizado aos estudantes dos municípios amazonenses, propiciando a prática de estágio. Em relação a Manaus, no início da gestão, já ocorreu um processo seletivo para estágio em Direito no TJAM, registrando um recorde de inscritos – mais de 2,2 mil candidatos.

Outro grande projeto da escola é a realização de concurso público para Comarcas do interior, mas é preciso que haja disponibilidade orçamentária e, devido à crise na economia, essa ação está suspensa. “Havendo condições financeiras, realizaremos

concurso, inicialmente, em duas subregiões do Amazonas, envolvendo 12 cidades do interior, dentre elas, Tabatinga e Parintins”, explicou o presidente do TJAM.

Na área de Tecnologia da Informação, a gestão do desembargador Flávio Pascarelli tem projetos ambiciosos como o programa Amazônia Conectada, este já firmado em julho deste ano com o Exército Brasileiro; a adoção de um sistema de gestão processual unificado em todo o Judiciário Estadual para facilitar a comunicação entre as Comarcas; a implantação do sistema de gravação das audiências nas unidades judiciais da Comarca de Manaus, previsto para 2017, e que dará uma agilidade ao trabalho das Varas, pois terão condição de pautar um maior número de audiências no mesmo dia; e a implantação das videoconferências para oitiva de réus presos, evitando o deslocamento de detentos entre as unidades prisionais e o TJAM, projeto também previsto para o ano que vem. Para colocar em prática essas ideias, as equipes de TI vêm trabalhando na reestruturação dos sistemas.

Em relação ao programa Amazônia Conectada, o convênio firmado com o Exército Brasileiro vai disponibilizar uma rede de fibra óptica subfluvial visando à expansão e melhoria das comunicações entre as unidades do Judiciário no interior do Estado. Quando a tecnologia, pioneira na região Norte, estiver implantada nos municípios, a comunicação via internet entre as Comarcas será potencializada, saindo de um 1 megabyte para 1 gigabyte. A contrapartida do Judiciário Estadual prevê recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão para a execução do programa, que serão destinados para a implantação do subprojeto “Infovia do Solimões” e projeto “Políticas Públicas”. Os recursos serão oriundos do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual (Funjeam). Outras instituições do Sistema de Justiça também farão parte desse projeto – MPE-AM e Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM).

“Por meio desse programa, pretendemos minimizar o problema da comunicação no interior do Estado, que é de conhecimento de todos. Com esta ação, as Comarcas entrarão no futuro, pois terão à disposição

uma comunicação mais ágil onde os juízes, promotores e advogados poderão analisar as demandas e atos com maior rapidez”, afirmou Pascarelli. O Amazônia Conectada pretende, no Amazonas, interligar 52 municípios, envolvendo 8 mil quilômetros de extensão de fibra óptica subfluvial.

A gestão do desembargador Flávio Pascarelli também pretende intensificar ações que estimulem o cumprimento das Metas 01 (julgar mais processos do que os distribuídos) e 02 (julgar processos mais antigos) do CNJ para 2016. Nesta última, os Tribunais Estaduais devem identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º Grau; em relação ao 2º Grau, pelo menos 80% dos distribuídos até 31/12/2013; e, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

A coordenadoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do TJAM também pretende desenvolver o projeto da Uniformização de Jurisprudência, a fim de evitar a desarmonia na interpretação de teses jurídicas recorrentes, uniformizando determinados entendimentos nesse âmbito, resultando em maior celeridade no julgamento de processos.

(Da assessoria de comunicação do TJAM)



Desembargador Flávio Pascarelli (ao centro), na solenidade de posse como presidente do TJAM, no Teatro Amazonas, em Manaus.

TURISMO

Conheça a Manaus das mil cores e sabores

*As belezas de uma cidade que
cresceu em meio a um dos mais
belos cartões-postais do mundo, o
encontro das águas.*





RAPHAEL ALVES / TJAM

Conhecida pela receptividade com que acolhe seus visitantes, Manaus foi escolhida para sediar o 108º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, que acontece nos dias 29 e 30 de setembro. Com mais de 2 milhões de habitantes e localizada no centro da maior floresta tropical do mundo, a cidade, que completa no mês de outubro deste ano 347 de fundação, tem atrações que encantam o turista: a gastronomia, capitaneada pelos saborosos peixes; o charmoso Centro Histórico da cidade, onde fica o majestoso Teatro Amazonas, o Centro Cultural Palácio da Justiça e o Palácio Rio Negro - antiga sede do Governo Estadual -, algumas das construções que remetem o visitante para outro século; o Complexo da Ponta Negra, um dos mais belos cartões postais de Manaus; além dos passeios de barco que levam, por exemplo, ao Encontro das Águas e ao fantástico arquipélago de Anavilhanas - um dos maiores grupamentos de ilhas fluviais do mundo -; dentre outras opções existentes para quem quer aproveitar as belezas e os sabores da capital amazonense e localidades próximas.

Para o turista que faz questão de mergulhar nas origens históricas dos locais que visita, um passeio pelo Centro de Manaus, é uma boa pedida. O ponto de partida pode ser o Largo de São Sebastião, em torno do qual estão localizados o Teatro Amazonas, a Igreja de São Sebastião e o Centro Cultural Palácio da Justiça. O largo é um local aprazível, sempre movimentado que, no final da tarde, costuma ser palco de atividades culturais variadas. Lanchonetes e pequenos restaurantes que circundam a praça são um convite

para um happy hour, aproveitando a beleza do conjunto arquitetônico formado pelos monumentos e casario do local, em que se destaca a famosa cúpula do teatro, composta por 36 mil peças de “escamas” em cerâmica esmaltada e telhas vitrificadas vindas da Alsácia e cuja pintura, nas cores verde, azul e amarelo fazem analogia à bandeira do Brasil. O delicioso tacacá - uma iguaria muito apreciada da culinária amazônica - também pode ser saboreado na praça, nos finais de tarde.

Construção datada de 1896, o Teatro Amazonas é símbolo maior do período que ficou conhecido como época áurea da borracha, ciclo que garantiu uma privilegiada situação econômica para a então Província do Amazonas. A pujança da época permitiu que, para a execução da majestosa obra, fossem contratados arquitetos, construtores, pintores e escultores da Europa. Misturando, principalmente, os estilos barroco e rococó, o teatro, que em dezembro completa 120 anos de sua inauguração, tem um conceito arquitetônico considerado eclético. O Salão Nobre, espaço mais luxuoso do prédio, foi concebido pelo artista italiano Domenico de Angelis. Na sala de espetáculos, que tem capacidade para 701 pessoas, a pintura do pano de boca do palco - de autoria do brasileiro Crispim do Amaral -, faz referência ao encontro das águas dos rios Negro e Solimões e é um dos destaques.

As máscaras em homenagem a dramaturgos e compositores clássicos famosos como Molière, Verdi, Mozart, que ornamentam a parte superior das colunas ao redor da plateia, também integram o

Manaus, metrópole plantada no coração da Amazônia, une tradição e modernidade.



RAPHAEL ALVES / TJAM

conjunto de detalhes que embelezam o local. No teto, estão afixadas quatro telas pintadas em Paris, pela Casa Carpezot – a mais tradicional da época – em que são retratadas alegorias à música, à dança, à tragédia e, ainda, uma grande homenagem a Antônio Carlos Gomes, grande compositor brasileiro. Ao centro da abóbada, um suntuoso lustre com cristais, importado de Veneza.

Para conferir a beleza da casa de espetáculo e de seu acervo, há a opção de visitas guiadas. Elas acontecem de terça-feira a sábado, das 9h15 às 17h. Na terça-feira, a entrada é gratuita. De quarta a sábado, o ingresso custa R\$ 20, mas estudantes, professores, idosos, militares e doadores de sangue pagam meia-entrada. A Secretaria de Cultura do Estado mantém uma agenda de eventos variados na casa de espetáculo, muitos deles com entrada gratuita. A programação mensal pode ser conferida no endereço www.cultura.am.gov.br. É uma oportunidade para assistir, por exemplo, apresentações da Orquestra de Câmara do Amazonas, Orquestra de Violões, Amazonas Band, Amazonas Filarmônica ou do Coral Amazonas. Desde 2007, geralmente no

mês de abril, o teatro é o palco principal do Festival Amazonas de Ópera.

Na mesma área do Largo São Sebastião, vale uma visita também ao Centro Cultural Palácio da Justiça, um dos mais belos e importantes exemplares da arquitetura do período áureo da borracha no Amazonas e que por mais de cem anos (até 2006) funcionou como sede do Poder Judiciário amazonense. Em 2001, o Palácio da Justiça – com sua belíssima fachada de tendência renascentista – passou por completa restauração, sob a coordenação técnica da Secretaria de Estado da Cultura. Atualmente, além de museu que abriga exposições permanentes e temporárias, no espaço ocorrem atividades artísticas e culturais diversas, como recitais, lançamentos de livros e exibição de filmes. Construído entre 1894 e 1900, o palácio é tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual e em espaços como a sala do Tribunal do Júri, sala do Tribunal Pleno e Gabinete do Presidente, é possível observar as elegantes peças de mobiliário do final do século XIX, fabricadas no Rio de Janeiro e que foram cuidadosamente restauradas. Durante a vista do

O belíssimo Teatro Amazonas, em Manaus: símbolo de uma era na história da Amazônia.

palácio, é possível também acessar um Gabinete de Leitura – que possui um acervo de 1.038 volumes, a maior parte obras de Direito, que podem ser consultadas – além do Museu do Crime, que reúne peças e documentos relacionados a processos da área que tiveram grande repercussão na história da cidade.

Hoje, a sede do Poder Judiciário amazonense funciona num moderno edifício localizado no bairro do Aleixo, zona Centro-Sul.

Descendo a larga avenida Eduardo Ribeiro, em direção à área portuária, região onde fica o centro comercial e também a Catedral Metropolitana de Manaus, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, o turista poderá conhecer o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, que fica na rua dos Barés. Reformada recentemente, a construção de 1883 foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1987 e é considerada um dos mais importantes exemplares da chamada arquitetura de ferro. No mercado, o visitante pode comprar artesanato, tomar um café da manhã regional e visitar o pavilhão de venda de peixes, carnes, frutas e verduras, oportunidade para conhecer um pouco mais dos produtos que fazem parte da cozinha amazonense.

Ainda na área central da cidade, na avenida 7 de Setembro, encontra-se o Palacete Provincial, construção do século XIX (datada de 1874), que está integrada ao espaço da também centenária Praça Heliodoro Balbi – mais conhecida como Praça da Polícia. Originalmente projetado para ser a residência de um rico comerciante da época, o palacete recebeu este nome por ter abrigado, a partir de 1875, a sede do governo da Província do Amazonas e ser, ainda, a residência de seus presidentes, até 1888. A partir de 1892, o prédio passou a sediar o Comando da Polícia Militar e, por isso, por mais de 100 anos passou a ser conhecido pela população local como o “Quartel da Polícia Militar”. Tombado pelo Patrimônio Histórico em 1998, entre 2005 e 2009 o prédio passou por um período de restauração e foi reaberto em 2009, agora sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado, e retomando a antiga denominação de Palacete Provincial. Lá, funcionam o Museu de Arqueologia, Museus da Imagem e do Som, Museu de Numismática (com 8 mil moedas, incluindo coleções da época do Brasil Colônia), Museu Tiradentes (que homenageia os bombeiros e a polícia militar), a Pinacoteca do Estado (com um acervo



RAPHAEL ALVES / TJAM



RAPHAEL ALVES / TJAM

de aproximadamente mil obras, entre pinturas, esculturas, gravuras e desenhos), além de outros espaços como um Ateliê do Restauro de Obras de Arte e de Papel. As visitas ao local podem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 9h às 14h e, aos sábados, de 9h às 13h.

Na mesma avenida 7 de Setembro, fica o Centro Cultural Palácio Rio Negro, outro símbolo da época áurea da borracha e que, de 1918 a 1995, foi a sede do Governo do Amazonas. Erguido em 1903 para ser a residência do alemão Karl Waldemar Scholz, um dos chamados “barões da borracha”, – como eram conhecidos os prósperos comerciantes do período em que esse produto esteve em alta no mercado mundial –, o centro guarda o belíssimo mobiliário do período e os visitantes são recebidos por guias vestidos com trajes de época. Após o declínio de suas atividades como comerciante – que acompanhou o

No alto, o contato com o famoso boto cor-de-rosa. Abaixo, o encontro das águas dos rios Negro e Solimões.



IVO BRASILE FILHO

Ponte sobre o rio Negro (ao fundo) liga Manaus a Iranduba. Obra também é atração turística.

declínio do ciclo da borracha –, o comerciante alemão viu-se obrigado a hipotecar o imóvel, que já era conhecido como "Palacete Scholz".

O Governo do Estado, primeiramente, alugou o prédio e, depois, comprou a antiga residência, que passou a se chamar Palácio Rio Negro. As visitas ao centro cultural podem ser feitas de terça a sexta-feira, das 8h às 14h e, aos sábados, das 9h às 13h. A entrada é gratuita.

Depois de conhecer o Palácio Rio Negro, o visitante pode dar uma esticada ao Parque Senador Jefferson Péres, um lugar que marcou a revitalização da área dos igarapés de Manaus e do Bittencourt, paisagem que, nas últimas décadas, ficou marcada pela presença de palafitas (moradias de madeira construídas precariamente às margens dos cursos d'água). Com 53,4 mil metros quadrados, o parque é um lugar para descansar ou caminhar, desfrutando o belo projeto paisagístico e arquitetônico, que remete ao período da Belle Époque (outra denominação do auge do ciclo da borracha).

Aberto todos os dias das 6h às 22h, o parque pode ser acessado tanto pela avenida 7 de Setembro quanto pela avenida Lourenço da Silva Braga, entrada que, aliás, tem a paisagem marcada por um belíssimo pórtico de ferro de mais de 10 metros de altura e espelhos d'água.

Esticando mais um pouco, na rua Duque de

Caxias com a avenida 7 de Setembro, na área central de Manaus, é bom fazer uma visita também ao Museu do Índio, mantido pela Congregação das Irmãs Salesianas. O acervo é formado por mais de 3 mil peças dos povos indígenas, principalmente do alto rio Negro, distribuídas em várias salas que apresentam os utensílios, instrumentos, adornos e outros materiais que contam os hábitos, a cultura e o modo de viver dos índios da Amazônia. O museu funciona de segunda a sexta, das 8h às 11h30 e das 13h às 17h. Aos sábados, o museu abre às 8h e encerra às 12h. O valor da entrada é de R\$ 10,00 (inteira) e R\$ 5,00 (crianças e idosos a partir de 60 anos).

LAZER E NATUREZA

Localizada na zona Oeste da capital, aproximadamente a 13 quilômetros da área central da cidade, a praia da Ponta Negra é um dos cartões postais de Manaus. Recentemente revitalizada, a área permite uma linda vista do rio Negro (inclusive da ponte que liga Manaus ou município de Iranduba) e é um lugar muito utilizado para quem curte atividades físicas, principalmente a caminhada. Nas noites de quarta-feira e aos domingos, até o meio-dia, o lado direito da pista que dá acesso à praia (no sentido bairro-centro), fica com faixa liberada para os ciclistas.

Bastante movimentado à noite, o calçadão da praia tem vários quiosques e pequenos restaurantes, alguns dos quais oferecem cardápio de peixes regionais. O complexo também dispõe de um anfiteatro, onde ocorrem shows em datas comemorativas, como é o caso do Réveillon, quando a praia reúne milhares de pessoas para a tradicional festa da virada do ano. A área também foi um dos principais pontos de reunião dos turistas e torcedores que vieram a Manaus para os jogos da Copa do Mundo de Futebol e, mais recentemente, a partidas da Olimpíada Rio 2016, ambos eventos que tiveram jogos realizados na Arena da Amazônia.

Diante da beleza e imensidão do rio Negro, não há como não sonhar com uma excursão pelas águas da região. Uma boa pedida é visitar o famoso Encontro das Águas, como é conhecido o fenômeno natural do encontro do Negro com as águas barrentas do Solimões que correm, sem se misturar, por vários quilômetros. Os hotéis e agências de turismo costumam oferecer esse roteiro, incluindo almoço em restaurante flutuante, paradas na área portuária para observação das embarcações típicas da região Amazônica, que saem e chegam diariamente com passageiros e produtos, fazendo a conexão entre a capital e o interior do Estado, percorrendo as "estradas de rio". Há também passeios que incluem mergulho com os botos e até visitas a pequenas aldeias indígenas.

No bairro Cidade de Deus, localizado na zona Leste da cidade, fica uma das vias de acesso à Reserva Florestal Adolpho Ducke, uma área de 10 mil hectares, administrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que possui a flora e a fauna relativamente intactas e funciona como um importante campo de pesquisa, por exemplo, em climatologia, zoologia, botânica e ecologia. Segundo dados do Inpa, as atividades de pesquisa na área, que tiveram início em 1963, representam centenas de estudos sobre a biodiversidade, gerando um volume de conhecimento científico que coloca a Reserva Ducke entre os mais produtivos sítios de estudos nos trópicos.

Um pedaço deste paraíso da biodiversidade amazônica está acessível para o turista no espaço destinado ao Jardim Botânico Adolpho Ducke, onde também está o Museu da Amazônia (Musa). O acesso é feito pela entrada da reserva que fica na avenida Margarita (antiga Uirapuru), no bairro Cidade de Deus, zona Norte da cidade. Visitas guiadas a trilhas na floresta e até uma torre de 42 metros de altura, que funciona como um mirante com uma linda vista da copa das árvores estão entre as

atrações do local. Criado em 2000 graças a uma parceria entre o Inpa e a Prefeitura de Manaus, o jardim botânico foi uma estratégia para conter o avanço da ocupação desordenada que ameaçava a área de floresta naquela região.

A visita ao Musa pode ser feita de diariamente, das 8h30 às 16h, exceto às quartas-feiras, quando a visita precisa ser agendada. O ingresso apenas para visita guiada custa R\$ 10. A subida na torre de observação custa mais R\$ 20. Crianças até 5 anos de idade não pagam. Estudantes e idosos brasileiros pagam meia-entrada. O visitante pode agendar a ida ao observatório ao nascer e por do sol, mas o preço é diferenciado: R\$ 50 por pessoa. Para maiores informações e agendamento, o Musa disponibiliza os contatos (92) 3582-3188 ou agendamento@museudaamazonia.org.br.

Também administrado pelo Inpa, o Bosque da Ciência, localizado no final da avenida André Araújo, zona Centro-Sul, foi inaugurado em 1995 como parte das comemorações do 40º aniversário do instituto, tendo como objetivo abrir as portas da ciência desenvolvida na Amazônia para o público e compartilhar esse conhecimento. Numa área de aproximadamente 13 hectares, o visitante pode passear pelas trilhas educativas e também as suspensas; conhecer o peixe-boi, jacarés e as ariranhas em seus respectivos tanques e viveiros; além da Casa da Ciência, com informações e material da fauna e flora amazônicas,

EMBRATUR / DIVULGAÇÃO



Construções em ferro compõem o cenário urbano de Manaus.

dispostos em painéis, maquetes e aquários; a ilha Tanimbuca, outro atrativo do bosque que retrata a conservação ambiental e seus componentes harmoniosos, compreendendo uma calha de água e espelho d'água que compõem vários peixes e alguns quelônios da região e de uma vegetação significativa, principalmente pela importância da Tanimbuca (*Buchenavea huberii*) família Combretaceae (árvore com mais de 600 anos), que retrata sua existência o tempo que o Brasil foi descoberto.

Na Casa da Madeira do Bosque da Ciência, o visitante vai conhecer um modelo de residência construído para oferecer conforto sem maiores gastos. Sete espécies de árvores foram usadas em sua estrutura: jatobá (*Hymenaea courbaril*); cumarurana (*Dipteryx poliphylla*); mandioqueira (*Qualea paraensis*); maçaranduba (*Manilkara huberi*); cardeiro (*Scleroneima micranthum*); cupiúba (*Goupia glabra*); e angelim-da-mata (*Hymenolobium excelsum*). Todas elas são pesquisadas pelo Inpa. No orquidário e bromeliário, são realizados os experimentos de algumas coordenações na pesquisas de espécies vegetais aquáticas da região Amazônica, parte do Projeto Marx Planck e da Coordenação de Pesquisas em Botânica, estudos que servem de parâmetros nas pesquisas desenvolvidas em nossa região.

O Bosque da Ciência funciona de terça a sexta, das 9h às 12h e das 14h às 16h30. Aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 16h30. Os ingressos custam R\$ 5,00; crianças de até 10 anos e idosos – a partir de 60 anos -, não pagam.

Para quem busca uma interação completa com a natureza, outra alternativa é uma excursão pelo Parque Nacional de Anavilhanas, unidade de conservação localizada entre Manaus e o município de Novo Airão, que abriga um dos maiores conjuntos de ilhas fluviais do mundo. Com mais de 400 ilhas, a unidade de conservação fica aberta o ano todo. Entre setembro e fevereiro, quando as águas do rio baixam, prevalecem na paisagem as praias de areia branca. Na época da cheia, surgem as trilhas aquáticas de igapó, quando a atração são os passeios de barco por dentro das florestas alagadas.

No link www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas/guia-do-visitante.html, é possível encontrar todas as informações sobre a unidade de conservação e dicas de quando ir e como chegar a esse paraíso. Uma das atividades mais charmosas do passeio é a possibilidade de interação com os botos vermelhos (ou cor de rosa, como são mais co-



nhecidos na tradição amazense). Essa atração, que ocorre no Flutuante dos Botos, na orla do município de Novo Airão, é uma atividade privada, mas por se encontrar na área do parque, é normatizada pela unidade de conservação.

Algumas companhias aéreas regionais oferecem voos panorâmicos, que permitem conferir a marcante paisagem de Anavilhanas, mas os preços são bem salgados. No link do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), também há contatos de empresas que oferecem o serviço.

Para os amantes do ecoturismo, outro roteiro bastante apreciado é a visita à Terra das Cachoeiras, como é conhecido o município de Presidente Figueiredo. Distante 107 quilômetros de Manaus, a cidade integra a Região Metropolitana da capital, é acessada pela rodovia BR-174 e tem como atração inúmeras cachoeiras (como a do Santuário, Iracema, Lages e Pedra Lascada), corredeiras, grutas e cavernas (entre elas o Refúgio do Maruaga).

Dados da Prefeitura de Presidente Figueiredo dão conta de que há aproximadamente 150 cachoeiras em sua região, 49 catalogadas, grade parte em áreas protegidas. Parte delas em Reservas Estaduais e Reservas Municipais, além das que estão localizadas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Para quem pretende abdicar das excursões oferecidas pelas agências de turismo e fazer seu próprio roteiro, o mais recomendado é pedir orientação no

Manifestações folclóricas e festas populares mantêm acesa a cultura do Amazonas.



Centro de Atendimento ao Turista (CAT), mantido pela Prefeitura do município, que poderá dar as dicas sobre o acesso às áreas das cachoeiras e, inclusive, sobre o apoio de guias particulares para o passeio. O telefone do CAT é o (92) 3324-1308.

Agências de turismo costumam oferecer expedições de um dia para Presidente Figueiredo. Há, ainda, ônibus que sai diariamente da rodoviária de Manaus para a sede do município. A viagem dura aproximadamente uma hora e meia. Quem desejar se hospedar na cidade, encontrará opções de hotel tanto na sede do município quanto em complexos turísticos particulares.

A TRADIÇÃO DAS FESTAS E DO FOLCLORE

Muitos dos 61 municípios que formam o imenso interior amazonense mantêm um calendário de festas religiosas e folclóricas cuja tradição e beleza costumam atrair muitos visitantes. Maués, conhecida como a Terra do Guaraná, tem um tradicional festival, que acontece em novembro, na praia Ponta da Maresia, quando a lenda indígena sobre a origem do fruto é revisitada e encenada, para celebrar o período da colheita, que vai até janeiro. Em Presidente Figueiredo, pouco mais de 1 hora de carro da capital, maio é o mês da Festa do Cupuaçu, fruta da qual o município é o maior produtor no Estado. Em Manacapuru, município que faz parte da Região Metropolitana de Manaus, o destaque do

calendário é para o Festival de Cirandas, que acontece em agosto e é disputado, em toda sua beleza e cores, pela Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. Em Borba, a festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, costuma atrair devotos de todo o Estado, no mês de junho. E é também no final de junho que, anualmente, milhares de visitantes, nacionais e estrangeiros, seguem em direção à ilha de Parintins, para assistir “duelo” entre os bumbás Garantido e Caprichoso.

Todos os anos, a tradicional festa, que em 2016 chegou a sua 51ª edição, coloca frente a frente os bois representados pelas cores azul e branco (o Caprichoso) e vermelho e branco (o Garantido). São três dias de apresentação, que acontecem no “bumdódromo”, ao som e a o ritmo das toadas. Esbanjando criatividade, as duas agremiações se revezam na arena, empolgando as apaixonadas torcidas (que recebem o nome de “galeras”), na disputa pelo título de campeão do festival. As apresentações, marcadas por alegorias gigantes, belas fantasias, coreografias e bailados precisos, fazem o resgate das lendas e rituais indígenas e dos costumes dos povos ribeirinhos, enchendo o bumbódromo de esplendor, magia e emoção.

A realização do grandioso Festival de Parintins é precedida por meses de preparativos que incluem a realização, inclusive em Manaus, de ensaios que começam logo no início do ano, com a divulgação das toadas que cada agremiação apresentará na festa de junho. Estes ensaios, garantem o ritmo perfeito a ser apresentado pela marujada e a batucada, como são chamadas, respectivamente, as baterias de Caprichoso e Garantido, nos dias de festival. O talento dos artistas que desenvolvem as alegorias e fantasias do festival é tamanho que já foi “exportado”. Muitos deles têm sido anualmente convidados a emprestar esse talento ao Carnaval do Rio de Janeiro e de São Paulo, para auxiliando na execução de figuras alegóricas exibidas nos desfiles de escolas de samba como X9 Paulistana, Gaviões da Fiel, Mocidade Alegre, Beija Flor de Nilópolis, Portela e Grande Rio.

Distante 325 quilômetros de Manaus, Parintins – também chamada de Ilha Tubinambarana, numa referência à etnia indígena Tubinambá, um das que habitava a região – é o segundo maior município do Amazonas, com cerca de 111,5 mil habitantes. É possível chegar à cidade de barco e também de avião. Outro evento que costuma atrair um grande número de visitantes à cidade é a festa da padroeira – Nossa Senhora do Carmo – que acontece de 6 a 16 de julho e é uma das maiores celebrações religiosas do Estado.

QUEM COMEU JARAQUI...

“Quem comeu jaraqui, não sai mais daqui”. A frase, que faz referência ao mais popular dos peixes da cozinha amazonense, é sempre repetida para prevenir o visitante do “risco” que ele corre de se apaixonar pela cidade, atraído pela saborosa diversidade dos peixes de rio que formam a base da culinária local. Além do jaraqui, o cardápio inclui espécies como o tambaqui e o pirarucu, que rendem maravilhosas receitas, fortemente marcadas pelas origens indígenas da região. A caldeirada de tambaqui, o pirarucu de casaca (prato que combina a carne de peixe com a saborosa farinha de Uarini), o pacu e jaraqui fritos, assim como a matrinxã assada na brasa são alguns exemplos das delícias que estão frequentemente à mesa do manauara e podem sem encontrados em restaurantes espalhados pela cidade. As frutas regionais são outro capítulo à parte. O cupuaçu, que pode ser saboreado na forma de suco, sorvete, picolé, bala e recheios de doces, costuma encantar o visitante. A pupunha e o tucumã são outros destaques. Este último, combinado com queijo coalho (também muito consumido na região) e a banana pacovã frita, forma o recheio perfeito do X-caboquinho, sanduiche de pão francês que é item sagrado nos cafés regionais, onde a tapioca e o bolo de macaxeira também fazem muito, muito sucesso.

PELOS TRIBUNAIS



WAGNER SOARES

Comarca de Aragarças, em Goiás, recebe o 45^o Cejusc

Inauguração do Cejusc de Aragarças: 45ª unidade instalada em comarcas do Estado de Goiás.

■ ■ *Centro vai estimular a solução de conflitos por métodos consensuais*

A Comarca de Aragarças, localizada na divisa de Goiás com o Estado de Mato Grosso, inaugurou seu primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). Esta é a 45ª unidade instalada em comarcas goianas e a expectativa é de que até o final da administração do desembargador Leobino Valente Chaves esse número chegue a 55, observou o juiz auxiliar da Presidência e membro do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), Romério do Carmo Cordeiro.

Representando a Presidência do TJGO, o juiz auxiliar falou da importância do Cejusc na disseminação da cultura do diálogo: “Neste mundo globalizado, as pessoas estão tendo pouco tempo para o diálogo e qualquer coisa vira conflito e promove um litígio. Quando

trabalhamos na conciliação e mediação, difundimos a ideia de que se chegue a uma composição sem a intervenção do Estado”.

Segundo Romério Cordeiro, em Goiás, as ações de família têm obtido 80% e até mais de acordos, ficando as cíveis em torno de 25%. Para ele, esse número é excelente e mostra que as pessoas estão procurando o Cejusc antes de ingressar com uma ação para solução do conflito.

O diretor respondente do Foro de Aragarças, Samuel João Martins, ressaltou a importância da unidade para a região, em razão do “grande número de processos que temos”. São cerca de 9,3 mil em tramitação. Em 2015, foram protocolizadas na Justiça local, 3,3 mil processos. O magistrado agradeceu o empenho do TJGO para a instalação do Cejusc na Comarca, bem como dos servidores do Judiciário local, da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB) e Ministério Público (MP) da região, além das parcerias com as prefeituras de Aragarças, Baliza e Bom Jardim.

Representando o prefeito da cidade, Aurélio Mauro Mendes, o chefe de gabinete Maurício Costa também enalteceu a dedicação do TJGO e empenho do juiz Samuel Martins em trazer este centro para a Comarca de Aragarças. “Com esta unidade, a sua população terá cada vez mais seus direitos garantidos e o Executivo Municipal continuará sendo parceiro em programas importantes para os moradores da região”, ponderou Maurício Costa.

Instalado no fórum local, o Cejusc de Aragarças conta com duas salas de audiência, um cartório, uma recepção e equipamentos de informática. O trabalho será desenvolvido por 10 conciliadores, dois servidores e igual número de estagiário.

Já foram inaugurados somente em Goiânia 7Cejusc's e no interior do Estado 36, o que totaliza 44 unidades. Já foram instalados Centros Judiciários em Anápolis (4), Aparecida de Goiânia (2), Jataí (2), Luziânia (2), Mineiros (2), Rio Verde, Catalão, Valparaíso de Goiás, Caldas Novas, Águas Lindas de Goiás, Uruaçu, Formosa, Porangatu, Anicuns, Cidade Ocidental, Trindade, Inhumas, Itumbiara, Goiatuba, Goianésia, Ceres, Cidade de Goiás, Planaltina de Goiás, Guapó, Corumbaíba, Cristalina, Quirinópolis, Itaberaí, Vianópolis e Santo Antônio do Descoberto.

A criação destes centros atende à Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 29 de novembro de 2010, bem como em cumprimento à Resolução nº 18, de 23 de novembro de 2011, do Órgão Especial do TJGO. O Cejusc evita a entrada de novos processos no Judiciário, pois permite a cultura do diálogo e do acordo entre as partes.

WAGNER SOARES



WAGNER SOARES



Também participaram do evento, a promotora de Aragarças Ana Carla Dias Lucas e a representante da Delegacia da OAB da região Simiramy Bueno de Castro, servidores do Judiciário e moradores da cidade.

(Com informações de Lillian de França - Centro de Comunicação Social do TJGO)

Acima, juiz Romério do Carmo Cordeiro fala da importância do novo Cejusc. Abaixo, o juiz Samuel Joao Martins agradece pela iniciativa do TJGO.

PELOS TRIBUNAIS



TJSE / DIVULGAÇÃO

TJSE entrega à população Fórum Gov. Marcelo Déda

■ ■ *Novo prédio, instalado no município de Simão Dias, amplia serviços*

O presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), desembargador Luiz Mendonça, inaugurou, no dia 26 de agosto, o Fórum Gov. Marcelo Déda Chagas, na Comarca de Simão Dias. A nova casa da Justiça no município possui uma área construída total de cerca de 1.720 m², edificada com investimentos mais R\$ 3 milhões e atende a todos os requisitos de acessibilidade definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O novo prédio conta estrutura completa para o funcionamento de duas unidades jurisdicionais e para futuras ampliações, contando com recepção, auditório com salas secreta e de custódia, cartório, gabinetes para Juiz, Promotor e Defensor, salas de audiência, conciliação e da OAB, Central de Mandados, depósito de apreensão, área de serviço, refeitório, banheiros adaptados e elevador para portadores de neces-

sidades especiais, guarita de segurança, aposentos completos para juiz e promotor, como também garagens cobertas.

Na solenidade de inauguração, os filhos de Marcelo Déda, Yasmin, Luísa e João Marcelo, ouviram homenagens prestadas ao pai. Os desembargadores Cláudio Déda e Edson Ulisses discursaram em nome da família do governador Marcelo Déda. “É uma honra para a família a escolha do nome de Marcelo para ser o patrono desta bela obra. A pedra fundamental deste fórum foi fincanda na minha gestão como presidente e o desembargador Luiz Mendonça o concluiu”, afirmou Cláudio Déda.

O presidente do TJSE destacou que o Fórum Marcelo Déda é um dos melhores do Estado. “Todos os nossos fóruns têm uma boa estrutura e ao longo do tempo o

Fachada do prédio e área de atendimento. Fórum Gov. Marcelo Déda vai melhorar o serviço judiciário em Simão Dias, no Estado de Sergipe.

TJSE tem planejado as ações de melhorias com o intuito de dotar o Judiciário das melhores ferramentas para o atendimento dos seus usuários e excelentes condições de trabalho para seus servidores e magistrados. Este fórum já sai na frente pelo seu nome, de um sergipano de uma história brilhante e honrada, que sempre foi parceiro do Judiciário”, comentou Luiz Mendonça.

Segundo o governador Jackson Barreto, a homenagem prestada a Marcelo Déda pelo Judiciário emociona a todos em Sergipe. “Déda foi um homem muito ligado à área do Direito. Advogado brilhante, tendo familiares, tio e irmão como membros do TJSE. Homem público que sabia perfeitamente o valor da expressão ‘os Poderes são independentes e harmônicos entre si’. Viemos aqui prestigiar e dizer que Simão Dias ganha um belo fórum, com o nome de um homem que honrou a tradição jurídica desta terra”, comentou o Chefe do Executivo.

O Juiz Diretor do Fórum Marcelo Déda, Sidney Silva de Almeida, afirmou que o novo prédio oferece ótimas condições para que magistrados e servidores desenvolvam suas atividades com efetividade. “Estávamos em Simão Dias ansiosos para que esse fórum fosse logo inaugurado. O antigo fórum era acanhado e agora temos a felicidade de receber esta nova estrutura, que dará mais conforto aos jurisdicionados, servidores e magistrados. O grande ganho mesmo é para a comunidade de Simão Dias pelo acesso que terão ao Judiciário”, concluiu o magistrado.

Participaram também da cerimônia os Desembargadores Alberto Romeu Leite, Osório de Araújo Ramos Filho, Diógenes Barreto; a Juíza Auxiliar da Presidência, Brígida Fink; o Juiz da 1ª Vara Cível e Criminal de Simão Dias, Henrique Britto; o Vice-Governador, Belivaldo Chagas; a Procuradora-Geral do Estado, Aparecida Gama e o Presidente da Assembleia Legislativa, Garibaldi Mendonça.

(Com informações do TJSE)

TJSE / DIVULGAÇÃO



TJSE / DIVULGAÇÃO



TJSE / DIVULGAÇÃO



Acima, o momento do descerramento da placa de inauguração do Fórum Gov. Marcelo Déda. Abaixo, espaços para o atendimento aos usuários.

PELOS TRIBUNAIS

Justiça do Paraná amplia o atendimento no interior

■ Reforma e novas instalações em Fórum beneficiam município de Cambé

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, participou da solenidade de inauguração das instalações do Fórum de Cambé, na sexta-feira (19/8). Segundo a Juíza de Direito e Diretora do Fórum de Cambé, Jessica Valéria Catabriga Guarnier, a entrega das novas instalações é a realização de um compromisso voltado para o atendimento jurisdicional mais amplo.

Para a juíza Jessica Guarnier, o Fórum representa a vontade do Poder Judiciário se fazer presente e atuante em seu compromisso maior de assegurar ao povo, com a máxima e possível acessibilidade, um sentimento de segurança, de confiança, de proteção, de perspectivas melhores para as novas gerações. “O alvo de todas as melhorias é o jurisdicionado, razão de ser das instituições públicas e dos seus agentes”, destacou.

Na cerimônia, foi entregue e inaugurada a primeira fase da obra, que representa a am-

pliação. A segunda fase, que é a de reforma, tem previsão de finalização em dezembro.

A obra teve como objetivo a atualização completa da edificação, ou seja, de toda sua estrutura física, como por exemplo os sistemas de elétrica, lógica e hidráulica. O edifício também ganhou mais acessibilidade para pessoas com deficiência, a fim de atender Normas e recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto e a obra foram realizados e fiscalizados pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Paraná.

Estiveram presentes no evento o Prefeito de Cambé, João Dalmacio Pavinato; o Deputado Federal, Luiz Carlos Haully; o Presidente da Amapar, Frederico Mendes Júnior; o Presidente da OAB – Subseção Londrina, Eliton Araujo Carneiro; representando o Ministério Público de Cambé, a Promotora Adriana Lino; magistrados e servidores.

(Com informações do TJPR)



TJPR / DIVULGAÇÃO

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do TJPR (ao centro), durante a inauguração.

PELOS TRIBUNAIS

Programa do TJSP avança na gestão participativa

Desembargador Paulo Dimas discute reformas no Fórum de Franca

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, realizou reunião de trabalho com os juízes da Comarca de Franca e conheceu as instalações do atual fórum bem como esteve no fórum antigo para verificar o estado em que se encontra e viabilizar a destinação do imóvel. Recebido pelo juiz diretor José Rodrigues Arimatéa, pelo prefeito de Franca, Alexandre Augusto Ferreira, e pelos oficiais do Exército, comandados pelo chefe de Instrução do Tiro de Guerra de Franca, subtenente Andrade de Paiva Paulinelly. De forma inédita, o presidente foi recebido também pelos servidores Fernando (1º ofício), Paula (1ª Vara da Família) e Letícia (3ª Vara Criminal), que integram o Grupo Ensemble Vocal da Orquestra Sinfônica de Franca. Os servidores entoaram o Hino Nacional Brasileiro.

No “Gestão Participativa”, o chefe do Judiciário paulista debate ideias, ouve sugestões e demandas, presta contas e conhece de perto os problemas da Comarca ou região. Em Franca participaram do encontro os magistrados Michael Procópio Ribeiro Alves Avelar, Alexandre Semedo de Oliveira, Paulo Sérgio Jorge Filho, Adriana Gatto Martins Bonemer, Laura Maniglia Puccinelli Diniz, João Sartori Pires, Marcelo Augusto de Moura, Humberto Aparecido da Rocha, Milena de Barros Ferreira, Luciano Franchi Lemes, Ewerton Meirelis Gonçalves, Charles Bonemer Junior, Frederico Augusto Monteiro de Barros, Aurelio Miguel Pena, Márcia Christina Teixeira Branco Mendonça, Fernando da Fonseca Gajardoni e João Flávio Andrade de Castro.

Acompanharam o presidente nas reuniões de trabalho o coordenador da 38ª Circunscrição Judiciária, desembargador Claudio Hamilton Barbosa, o desembargador Elcio Trujillo e o juiz assessor chefe do Gabinete Civil do TJSP, Fernando Figueiredo Bartoletti.

Entre os assuntos tratados se destacaram a

previsão orçamentária para 2017, reposição de servidores, investimento em qualificação, a manutenção do diálogo constante da Presidência com magistrados e servidores e o excelente desempenho que o TJSP tem alcançado na produtividade tanto em primeiro como em segundo graus.

Nesse dia, Paulo Dimas também se reuniu com os representantes da Associação dos Servidores do Judiciário do estado de São Paulo: Samuel de Oliveira (presidente), João José Vieira (tesoureiro), Luciana Cristina Alves (diretora cultural) e Fernando Mazzota (integrante do Comitê Gestor).

Para tratar de questões relativas ao novo fórum e ao fórum antigo, Paulo Dimas, ainda, reuniu-se com o prefeito de Franca Alexandre Ferreira, com o secretário de Planejamento Urbano, Nicola Rossano Costa e com oficial de gabinete Airton Sandoval. A reunião ocorreu no fórum atual e, depois dela, o presidente visitou o edifício que abrigava o fórum e que poderá vir a ter nova destinação.

(Com informações do TJSP)

Desembargador Paulo Dimas, presidente do TJSP, cumprimenta servidores da Comarca de Franca.

TJSP / DIVULGAÇÃO



PELOS TRIBUNAIS



RICARDO LIMA / TJPA

Encontro nacional discute Governança Colaborativa

Rede de Governança Colaborativa discutiu, em Belém, propostas para o aprimoramento da Justiça.

■ Rede apresenta em Belém sugestões para aprimorar a Justiça Estadual

Representantes de 24 Estados brasileiros se reuniram, em Belém, nos dias 13 e 14 de setembro, para discutir propostas de Metas Nacionais da Justiça Estadual para o ano de 2017. O III Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual vai receber todas as sugestões em um documento que será apresentado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, por sua vez, o submeterá à votação dos presidentes dos Tribunais de Justiça Estaduais, no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em novembro deste ano.

Na abertura do evento, que ocorre no Hotel Atrium Quinta das Pedras, o vice-presidente do TJPA, desembargador Ricardo Nunes, que representou o presidente do TJPA, desembargador Constantino Guerreiro,

disse que o objetivo do encontro é aprimorar o exercício da magistratura, além de se constituir em uma das ações proativas do Judiciário para somar conhecimento e trocar experiências.

Cristiano Mazzini, juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Rondônia, que na ocasião representou o coordenador nacional do Comitê Gestor da Justiça Estadual, desembargador Alexandre Miguel, ressaltou que a iniciativa atende demanda dos próprios Tribunais Estaduais que antes sofriam com o excesso de cobranças e metas, sem que fosse levado em consideração as peculiaridades regionais e porte das instituições.

Para o magistrado, é importante congregar as intenções e as peculiaridades que

cada tribunal traz para o encontro, afim de adequar as metas à realidade de cada um, visando melhorar a prestação jurisdicional e, principalmente, atingir resultados mais satisfatórios para o jurisdicionado.

A questão pontual mais importante, no entanto, segundo o magistrado, é a preocupação dos tribunais com a adequação das metas à realidade orçamentária de cada instituição. “Muitas vezes, a gente tem limitações orçamentárias, até porque o momento de encaminhamento do orçamento é anterior a esses acertos. Então há uma preocupação muito grande de adequação, principalmente, num momento de crise econômica que o país vive. A adequação dessas metas no âmbito orçamentário é necessária para que elas sejam cumpridas e não sejam meramente proposições intangíveis”, explicou.

Wanderley Horn Hulse, assessor de gestão estratégica de do Tribunal de Santa Catarina e representante do subcomitê da região Sul, acredita que a contribuição dos

tribunais para a elaboração das metas deva ganhar cada vez mais relevância nos próximos anos. “É um trabalho que ainda está no berço, muito inicial, mas que a gente sabe que vai ganhar força com o passar do tempo para que a gente consiga realmente levar ao CNJ, o que a sociedade espera de nós, do seguimento da justiça estadual, que hoje representa 70% dos processos que estão no judiciário nacional”.

Pela manhã, os participantes debateram a Resolução nº 221/2016, assim como foi apresentada a abordagem metodológica para a Elaboração das Metas Nacionais 2017. Em seguida, o Macrodesafio “Adoção de Soluções Alternativas de Conflito” tornou-se tema dos debates.

Na parte da tarde, haverá palestra com o tema “Governança: a arte de fazer mais e melhor com e para todos”, seguindo com um debate acerca do macrodesafio “Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes”. A programação encerra com a apresentação do Stand Up “Epaminondas

No encontro de Belém, servidores do Judiciário debateram fórmulas de melhorar o atendimento aos usuários.



RICARDO LIMA / TJPA

PELOS TRIBUNAIS

Gustavo”, interpretado pelo juiz Claudio Rendeiro.

A construção de metas para 2017 atende recomendações do Conselho Nacional de Justiça que estabelecem as formas e esferas de discussão, a fim de assegurar o diálogo institucional, baseado no desenvolvimento da cultura de participação e fortalecimento das estruturas de governança. A Rede de Governança Colaborativa é composta por representantes do CNJ, dos tribunais superiores, conselhos federais e um representante eleito coordenador de cada segmento.

Entre os macrodesafios do Planejamento Estratégico estão a Adoção de Soluções Alternativas de Conflitos; Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes; Impulso às Execuções Fiscais, Cíveis e Trabalhistas; Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal; e Melhoria da Gestão de Pessoas.

Compõem a coordenação da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual o Tribunal de Justiça de Rondônia e estão entre os coordenadores dos subcomitês regionais: o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (sul), o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (sudeste), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (centro-oeste), o Tribunal de Justiça do Sergipe (nordeste) e o Tribunal de Justiça de Tocantins (norte). (Da assessoria do TJPA)

Aprovados planos sobre execução fiscal e violência doméstica

No encerramento do III Encontro da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual, foram apresentadas as metas aprovadas durante o evento: “Estabelecer políticas de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal até 31 de dezembro de 2017” e “Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres”. Rosângela Vieira de Souza, coordenadora de planejamento do Tribunal de Justiça de Rondônia, explicou que a Carta de Belém, com o resultado detalhado do encontro, será submetida aos Tribunais para votação do texto final.

A coordenadora de padronização e aperfeiçoamento de boas práticas das serventias judiciais do TJPA, Ana da Silva Melo Zoppé Brandão, apresentou palestra sobre o Projeto de Padronização das Serventias Judiciais, e explicou as vantagens do novo sistema de organização cartorária e relacionou comarcas e varas que já adotam o modelo novo. Segundo ela, a meta do tribunal é atender todo o estado do Pará.

A secretária de planejamento e gestão estratégica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Simone Nunes de Miranda Carrer, durante sua apresentação sobre “Melhoria de Gestão de Pessoas”, destacou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou recentemente a Resolução 240, que instituiu o Comitê de Gestão de Competências, o que já supriria a discussão do assunto pelo grupo. No que foi acompanhada pelos presentes.

Wanderley Horn Hulse, assessor de gestão estratégica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, disse que o trabalho não se encerraria naquele encontro, e que a responsabilidade era de todos os Tribunais Estaduais.

“É por isso que temos que fortalecer nosso seguimento, e passar tudo o que foi discutido aqui ao presidente de cada tribunal, para que não se percam essas informações. Igualmente importante, é desenvolver uma continuidade de metodologias, para que mesmo com as mudanças na gestão dos órgãos, sejam mantidos os objetivos traçados, em curto, médio, e longo prazo.”

A juíza auxiliar da presidência e coordenadora das metas do TJPA, Sílvia Mara Bentes de Souza Costa, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Constantino Augusto Guerreiro, agradeceu aos participantes e aos presidentes dos tribunais estaduais por enviarem suas equipes para discutir propostas de metas conforme as necessidades e peculiaridades de cada região. Segundo ela, é preciso levar em consideração justamente estas diferenças para que sejam adotadas metas alcançáveis.

“O participante da rede de governança também tem a sensibilidade de pensar naquele magistrado e naqueles servidores que estão sozinhos, em comarcas de vara única, com uma infinidade de metas para cumprir. A diversidade e a troca de experiências da rede são maravilhosas, quanto acréscimo nós temos. Com pessoas altamente técnicas, vimos aqui que não bastam boa vontade, boas ideias, é necessário refletir, estudar a possibilidade de executar, e a rede representa tudo isso”, concluiu a magistrada.

Presentes ao encerramento do evento, as desembargadoras Elvina Gemaque Taveira e Vania Fortes Bitar, e a secretária de planejamento do TJPA, Maria de Nazaré Rendeiro Saleme. (Da assessoria do TJPA)



TJRN / DIVULGAÇÃO

"Moradia Justa" regulariza imóveis com escritura pública

■ ■ *TJRN entrega 22 títulos de propriedade para famílias de baixa renda*

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) realizou em agosto a primeira entrega de 22 títulos de propriedade, por meio de escritura pública, para regularização de imóveis para a população de baixa renda, residente em três municípios da região Oeste do Estado. A iniciativa, resultado do projeto "Moradia Justa", beneficiou moradores de Campo Grande, Triunfo Potiguar e Paraú, os quais até então eram somente posseiros das terras, localizadas nas zonas rural e urbana, o que impedia a possibilidade de ampliação de um comércio ou tomada de empréstimos, devido à falta do documento comprovante da propriedade.

A solenidade ocorreu no Salão do Júri do Fórum Desembargador Zacarias Gurgel Cunha, em Campo Grande, e contou com a presença do corregedor geral de Justiça, desembargador Saraiva Sobrinho, e da juíza Fátima Soares, idealizadora do projeto e que atua na Comarca. O prefeito da cidade, Francisco das Chagas de Melo, mais conhecido como Bibi de Nenca, participou do evento,

assim como representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RN), como o advogado Afonso de Ligório, e do Ministério Público, e tabeliães de cartórios das três cidades.

"Não poderia ser uma ação isolada. É uma iniciativa de várias mãos, que, juntas, puderam efetivar esse objetivo", definiu a juíza Fátima Soares, ao ressaltar que a meta do projeto é a simplificação do trâmite processual e administrativo da legalização das áreas ocupadas de forma clandestina, de forma prioritária. Segundo ela, embora o foco esteja concentrado no atendimento a moradores de menor poder aquisitivo, a proposta também é de incentivar, a quem tem maior poder aquisitivo, a garantir que a posse seja transformada em propriedade de fato.

Dentre os casos, está o da família de Vicente Lucas, 85 anos. Devido à falta da regularização, Vicente não podia contrair empréstimos para manter um capital de giro para a sua pequena produção rural. Segundo a família, a meta agora é ampliar a produção e fazer mais investimentos em produtos

Juíza Fátima Soares (à esquerda) entregou títulos de propriedade a moradores de comunidades de baixa renda.

agrícolas, como máquinas e insumos.

“Temos na Comarca um grande número de situações irregulares e ocorre que os títulos de propriedade valorizarão os imóveis em aproximadamente 90%. Com isso ganham o morador, o município e o Judiciário que diminuirá o volume de processos e cumpre o seu papel social”, resume a magistrada.

Para o desembargador Saraiva Sobrinho, a magistratura precisa convergir, cada vez mais, para o pensamento de que a carreira não consiste apenas em “ditar a lei”, mas buscar as várias formas de se efetivar uma justiça mais social, como preferiu definir. “Esse viés deve ser sempre buscado. A moradia é um direito previsto na Constituição Federal e deve ser preservado. Só iniciativas assim, que congreguem poderes e instituições, podem facilitar esse processo”, conclui o corregedor geral.

FÓRUM GANHA SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO

“O Judiciário precisa fazer mais com menos e mudar a curva de gastos ascendente nos últimos anos e que a atual gestão tem trabalhado para diminuir, economizando e aplicando em ações concretas.” O destaque foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), desembargador Claudio Santos, ao inaugurar o sistema de monitoramento eletrônico do Fórum Miguel Seabra Fagundes. Ele visitou a sala de controle das 86 câmeras HD e FULL HD e dos computadores que irão cobrir inclusive áreas externas ao

prédio da Justiça, localizado no bairro Lagoa Nova.

O desembargador lembrou que, numa segunda etapa, serão instalados modelos semelhantes nas unidades da Justiça situadas no interior do Rio Grande do Norte.

Para o presidente, o sistema com videomonitoramento vai propiciar condições para que magistrados e servidores possam trabalhar com mais tranquilidade. O investimento do Judiciário estadual no projeto é de R\$ 1 milhão e propiciará a vigilância mais eficiente do prédio que abriga a Direção do Foro da Comarca de Natal e 70 Varas da Justiça na capital. Todos os equipamentos serão conectados à Central de Segurança do Poder Judiciário, sediada no TJRN, que terá funcionamento 24 horas.

O diretor do Foro da Comarca de Natal, juiz Mádson Ottoni, lembra que as câmeras de alta definição são do mesmo tipo de equipamentos utilizados na segurança da Olimpíada do Rio de Janeiro. “Passa pelo Fórum, diariamente, um público estimado entre 1.200 e 2 mil pessoas e que agora também irão ganhar com a melhoria na vigilância das entradas e saídas deste edifício”, ressalta o magistrado.

O sistema contribuirá para melhorar as condições de vigilância no entorno do FMSF, sobretudo no horário do início da noite, justamente na saída do expediente. Ao lado de Mádson Ottoni, estavam os juízes João Eduardo Ribeiro e Homero Lechner, o primeiro no exercício da direção e o segundo na coordenação de segurança da unidade.

(Com informações do TJRN)

Desembargador Claudio Santos, presidente do TJRN, participou da solenidade de inauguração.

TJRN / DIVULGAÇÃO



PELOS TRIBUNAIS



WIKIMEDIA

TJDFT implanta Processo Eletrônico na 2ª Instância

TJDFT: implantação do sistema de virtualização de varas significa modernização assegurada.

■ ■ *Pje moderniza o sistema Judiciário do Distrito Federal e Territórios*

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), desembargador Mario Machado, conduziu a cerimônia que marcou a chegada do Processo Judicial Eletrônico – PJe ao 2º grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal. Na ocasião, foi realizada a distribuição do primeiro feito a tramitar pelo PJe na 2ª Instância. Trata-se de Conflito de Competência, distribuído para a desembargadora Simone Lucindo, da 1ª Câmara Cível. O PJe começa a funcionar também na 2ª Câmara Cível e alcança a Subsecretaria de Distribuição e Autuação, a Subsecretaria de Recursos Constitucionais, o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos e gabinetes de desembargadores.

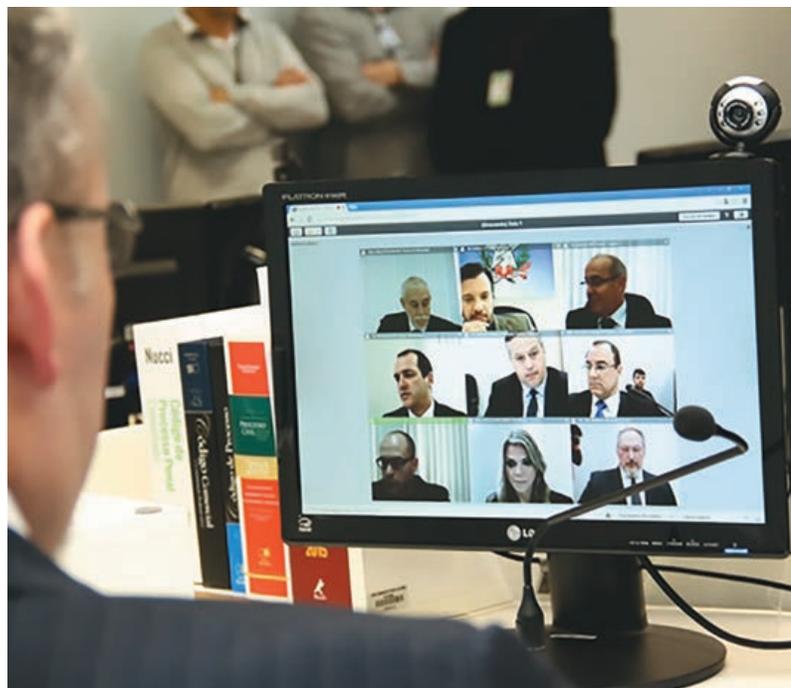
A cerimônia marcou também a inauguração da Sala do PJe no Palácio da Justiça, destinada ao atendimento dos advogados em questões relativas ao PJe, bem como ao esclarecimento de dúvidas relativas ao sistema, por servidores da Casa treinados. A sala fica no térreo da entrada principal do Palácio de Justiça.

Em seu discurso, o presidente ressaltou a participação dos operadores da Justiça na implantação do PJe. Destacou o Comitê Gestor do PJe presidido pelo desembargador Flávio Rostirola, composto por representantes do TJDFT, da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional DF, do Ministério Público da União e da Associação dos Magistrados do Distrito Federal – AMAGIS/DF. Ainda há participação, como convidados, de representantes da Defensoria Pública do DF e da Procuradoria-Geral do DF. Essa integração garante o sucesso da implantação.

Estiveram presentes no evento o 2º Vice-Presidente, desembargador José Jacinto Costa Carvalho, o Corregedor da Justiça do DF, desembargador José Cruz Macedo, e os desembargadores Flávio Rostirola, Simone Lucindo e Roberval Belinati; o Procurador do MPDFT André Vinicius de Almeida; a advogada Helen Falcão, representando o Presidente da OAB/DF, Juliano Costa Couto, e os defensores públicos Sandra Dohler Ferreira e Carlos Henrique Lessa.

(Com informações do TJDFT)

PELOS TRIBUNAIS



TJSC / DIVULGAÇÃO

Juizados de Santa Catarina adotam videoconferência

■ Procedimento inaugural analisou 14 processos que estavam em pauta

A Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais de Santa Catarina realizou, em agosto, a primeira sessão por videoconferência multipontos. O procedimento, admitido no Código de Processo Civil e pelo Regimento Interno das Turmas de Recursos, permitiu a participação a distância dos presidentes das Turmas de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Lages e Itajaí direto das salas de sessões onde atuam, o que caracterizou o ineditismo da iniciativa. Nesta sessão, 14 processos estavam na pauta e foram analisados.

A sessão teve à frente o presidente da Turma de Uniformização, desembargador Jânio de Souza Machado, que agradeceu a operacionalização do novo sistema de videoconferência, desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação, Conselho de Gestão de Informática (CGInfo) e técnicos de suporte de informática das turmas re-

curiais envolvidas. Resultado de trabalho de dois meses, o sistema teve por base a nova rede de dados de telefonia digital de voz (Voip) e foi instalado em ambientes adequados, com o uso de webcam.

Pelo resultado positivo, as próximas sessões da Turma de Uniformização serão realizadas também nesse sistema. O julgamento teve a participação presencial dos juízes Marcelo Carlin (1ª Turma de Recursos, Capital) e Yhon Thostes (5ª Turma de Recursos, Joinville) e do promotor de Justiça Aor Steffens Miranda. A distância, o ato contou com os magistrados Emanuel Schenkel do Amaral e Silva (2ª Turma de Recursos, Blumenau), Marcos Bigolin (3ª Turma de Recursos, Chapecó), Débora Driwin Rieger Zanini (4ª Turma de Recursos, Criciúma), Antônio Carlos Junckes dos Santos (6ª Turma de Recursos, Lages) e Adilor Danieli (7ª Turma de Recursos, Itajaí).

Videconferência garante maior eficiência e mais agilidade processual aos Juizados Especiais de Santa Catarina.

PELOS TRIBUNAIS



TJMA / DIVULGAÇÃO

Fórum maranhense passa por reformas e modernização

■ ■ *TJMA melhora infraestrutura na Comarca de São Domingos do Maranhão*

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) entregou a nova estrutura do Fórum da Comarca de São Domingos do Maranhão (a 386 km de São Luís), que passou por reforma e adequação para oferecer melhores instalações para magistrados, servidores e a comunidade. A obra, iniciada em fevereiro deste ano, foi entregue pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, durante visita à Comarca.

Localizado na travessa 1º de Maio, s/nº, Centro, o Fórum de São Domingos do Maranhão recebeu novo leiaute,

substituição do piso cerâmico, forro, portas, luminárias e instalações elétricas; revisão e troca da cobertura e das instalações hidrossanitárias; substituição de louças, metais e acessórios; criação de novos pontos lógicos; pintura geral; novos balcões de atendimento, aparelhos de ar-condicionado, ventiladores e extintores.

O prédio também foi adaptado para receber a segunda vara da Comarca - criada em 2013 e aguardando instalação - e possui, ainda, salas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); de oficiais de Justiça; Salão do Júri; ba-

Fórum de São Domingos do Maranhão, reformado, oferece instalações adequadas para o atendimento à comunidade.

nheiros adaptados e acesso para pessoas com deficiência; arquivo, entre outras melhorias. Com mais de 566 metros quadrados de área, o Fórum de São Domingos atende também às demandas dos termos judiciários de Fortuna e Governador Luiz Rocha. As três cidades totalizam uma população de 56 mil pessoas.

O juiz Clênio Lima Correia, que atua em São Domingos do Maranhão desde 2009, informa que, desde a mudança, em 2003, o fórum nunca havia passado por uma reforma geral, apresentando problemas estruturais e deterioração, principalmente no telhado e rede elétrica, que provocavam consumo elevado de energia e queima de equipamentos. Para ele, a revitalização representa, também, uma reforma institucional, para adequações do atendimento e prestação jurisdicional. “Teremos uma melhoria significativa no trabalho e uma racionalização no atendimento a advogados e comunidade, além de uma redução no consumo de energia elétrica”, avaliou.

O desembargador Cleones Cunha disse que a revitalização do fórum visa aumentar a qualidade do serviço prestado à população de São Domingos, oferecendo melhores condições de trabalho aos servidores e magistrado. “Não queremos prédios suntuosos e de luxo, mas lugares onde possamos prestar nosso dever e o cidadão ser bem tratado e servido, especialmente os mais humildes”, avaliou.

O desembargador explicou que a instalação da segunda vara dependerá da nomeação de juizes para as comarcas que ainda estão sem titulares no Estado, medida que é uma prioridade de sua gestão, em razão dos prejuízos que a falta de magistrados causa tanto ao Judiciário quanto à população.

COMARCA

De entrância intermediária, a Comarca de São Domingos do Maranhão foi instalada em 1969, pertencente ao polo judicial de São João dos Patos.

Atualmente, possui um acervo de cerca de cinco mil processos, entre ações cíveis e criminais da Vara Única e do Juizado Especial. Mensalmente, recebe aproximadamente, 250 novos processos, com média de 244 julgados.

Também compareceram à entrega os juizes Ferdinando Serejo (Presidente Dutra); Antonio Elias de Queiroga (Barra do Corda); Marcelo Oka (Colinas); Ariana Saraiva (Passagem Franca); o promotor de Justiça Roger Nilson Ericeira Chaves; a presidente da OAB-Subseção Presidente Dutra, Iara Macedo; além de advogados, servidores e comunidade.

(Por Juliana Mendes/Assessoria de Comunicação do TJMA)

Servidores da Comarca de São Domingos do Maranhão ganharam mais espaço e conforto.



TJMA / DIVULGAÇÃO

PELOS TRIBUNAIS

Tribunal de Justiça do Piauí tem Erivan Lopes como presidente

Desembargador assume o comando da Corte piauiense para o biênio 2016/2018

O desembargador Erivan Lopes, o desembargador José James Gomes Pereira e o desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas tomaram posse administrativamente como novo Presidente, Vice-presidente e Corregedor do Tribunal de Justiça do Piauí para o biênio 2016/2018.

O Desembargador Raimundo Eufrásio, que deixou o cargo de Presidente, fez uma rápida avaliação de sua gestão e desejou sucesso ao novo chefe do Judiciário Estadual.

“Hoje encerro minha missão e já desejando boa sorte ao novo presidente. Destaco que avançamos, mas o Tribunal precisa de mais. O PJe, que iniciamos a implantação, é uma realidade e um caminho sem volta e sei que o Desembargador Erivan Lopes vai seguir esta trilha. Aqui dirigimos o patrimônio alheio que é o anseio pela celeridade processual. Também convivemos com a angústia entre o projeto e o resultado e fizemos o que nos foi permitido. Desejo que Deus lhe ajude Desembargador Erivan e que tenha calma para bem administrar o Tribunal”, ressaltou o Desembargador Raimundo Eufrásio.

O vice-presidente José James comentou que trabalhará para que essa gestão seja eficiente e eficaz. “Vamos buscar os novos meios de administração, que são pautados na modernidade da justiça. Buscaremos a celeridade na prestação jurisdicional”, disse.

O Corregedor Ricardo Gentil reafirmou o compromisso em colaborar com a gestão do presidente Erivan Lopes, apresentou seu plano de gestão na Corregedoria e destacou que a Corregedoria não pode ser vista como instrumento para intimidar, mas para aperfeiçoar os trabalhos.

“Sabemos da responsabilidade que é manter e expandir o trabalho feito pelo Desembargador Sebastião Ribeiro Martins. Nos colocamos a disposição para auxiliar e aperfeiçoar o trabalho do 1º grau.



TJPI / DIVULGAÇÃO



Estamos confiantes na missão”, completou Ricardo Gentil.

A solenidade foi prestigiada pelos Desembargadores do TJ-PI, juízes, servidores, familiares dos Desembargadores Erivan Lopes, do Desembargador José James, do Desembargador Ricardo Gentil e advogados.

(Com informações do TJPI)

No alto, ao centro, desembargador Erivan Lopes, novo presidente do TJPI. Abaixo, leitura do termo de posse.

PELOS TRIBUNAIS

Desembargador Mario Machado Netto assume presidência do TJDF

■ *Novo presidente toma posse com proposta de ampliar ações em prol da paz social*

TJDFT / DIVULGAÇÃO

Em sessão solene realizada no dia 22 de abril, tomou posse a nova Administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), para o biênio 2016-2018, composta pelo desembargador Mario Machado Vieira Netto, no cargo de Presidente; desembargador Humberto Adjuto Ulhôa no cargo de 1º Vice-Presidente; desembargador José Jacinto Costa Carvalho, como 2º Vice-Presidente; e desembargador José Cruz Macedo como Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Compuseram a mesa da solenidade o governador do DF, Rodrigo Rollemberg; a Presidente da Câmara Legislativa, deputada Celina Leão; o Procurador-Geral do MPDFT, Leonardo Bessa; o Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Pedro Carlos Marcondes; e o Presidente da OAB/DF, Juliano Costa Couto. O evento também foi prestigiado por representantes de Tribunais Superiores e Tribunais Regionais, membros do CNMP, parlamentares, Secretários do DF, Associação dos Magistrados do DF e Associação dos Notários e Registradores, prefeitos, magistrados, servidores, familiares e amigos.

Após proferir palavras de despedida e agradecimento a todos que contribuíram para o êxito de sua gestão, e desejar "um biênio profícuo, progressista, inovador e de grandes conquistas", o desembargador Getúlio de Moraes Oliveira - presidente do TJDF para a gestão 2014-2016 - fez um resumo sucinto da biografia dos novos membros da Administração Superior e deu posse ao Presidente Mario Machado.

Ato contínuo, o novo Presidente empossou os desembargadores em seus respectivos cargos, ao que assinaram compromisso e prestaram juramento.

Em breves palavras, o novo dirigente da Justiça local falou da "grave responsabilidade de manter a apurada qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados do DF, que coloca esta Corte no destacado cenário do Judiciário nacional". Austeridade e criatividade, segundo ele, deverão nortear a nova gestão diante do complexo cenário atual e dos cortes orçamentários impostos. Destacou que o TJDF seguirá investindo na conciliação e mediação como formas de se alcançar Justiça e pacificação social, ratificou seu compromisso com a priorização do 1º grau de jurisdição, com o Processo Judicial eletrônico, eficácia e celeridade na tramitação das ações, e no atendimento às Metas do Judiciário, em especial, no julgamento das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a Administração Pública.

Em seu discurso, o desembargador Mario Machado destacou: "A missão deste Tribunal é proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social. Aí se incluem mecanismos modernos que estimulam e propiciam a conciliação e a mediação, não como métodos alternativos de composição de conflitos, mas como formas diretas de pacificação social, assim obtida com o concurso e o consenso dos jurisdicionados".



Desembargador Mario Machado: missão é garantir o acesso à Justiça

O novo presidente do TJDF afirmou que o compromisso da administração empossada é com o fortalecimento do primeiro grau de jurisdição, a agilidade e eficácia na prestação jurisdicional, e o aumento da produtividade, dedicada atenção especial aos processos judicial e administrativo eletrônicos.

(Com informações do TJDF)



Tribunal de Justiça do Ceará, 140 anos de história

O Tribunal da Relação da Província do Ceará, hoje Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, foi instalado na manhã do dia 3 de fevereiro de 1874, criado pelo Decreto nº 2.342, de 6 de agosto de 1873. A elite da sociedade cearense prestigiou a solenidade em clima de verdadeira celebração, enquanto as galerias de um ornamentado salão nobre do Paço da Assembleia “trasbordavam de povo”, nas palavras do pesquisador Eusébio de Sousa.

Havia razão para se comemorar. O Tribunal atendia às imposições de uma nova realidade social, sem a qual o cidadão cearense via-se prejudicado em seu direito. Eusébio de Sousa destaca: “A judicatura não estava

completa, faltando-lhe o segundo julgamento, que somente pode dar, quanto humanamente é possível, certeza ao juízo, e pôr termo à lide. E, conquanto não houvesse que recuar da retidão do Tribunal de Apelação, a que pertencia à Província, a distância, a demora, a carestia dos pleitos, e outras circunstâncias, não constituíam menos um embaraço, que dificultava esse recurso, complemento do julgado. Por tais dificuldades, muitos direitos pereciam, muitas injustiças se consumavam, e com elas cresciam os males inerentes à preterição da justiça”.

O conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, sergipano, foi o primeiro presidente do TJCE. Dos

sete desembargadores da Corte em 1874, apenas um era cearense, João de Carvalho Fernandes Vieira. Entre os demais desembargadores, havia dois alagoanos, dois pernambucanos e um baiano. Dória ocupou diversos cargos públicos no Brasil. Deixou dois trabalhos publicados: o relatório em que discorria sobre sua experiência como presidente da Comarca do Rio Grande do Sul e o discurso inaugural do Tribunal de Relação de Fortaleza.

A primeira sede do Tribunal funcionou em um sobrado na rua Amélia, nº 28, hoje rua Senador Pompeu, nº 512 – e sua primeira sessão ordinária deu-se no dia 7 de fevereiro de 1874. O TJCE teve, ao longo de



Acima, uma das sedes do Tribunal de Justiça do Ceará. Abaixo, Bernardo Machado da Costa Dória, o primeiro presidente.

sua história, quatro sedes, todas localizadas em Fortaleza, havendo, ainda, funcionado temporariamente em dois outros endereços devido a reformas no edifício que por mais tempo o abrigou, situado à rua Barão do Rio Branco, 1200, imóvel hoje em pleno processo de restauro para brevemente sediar o moderno Centro Cultural da instituição.

Em 140 anos, o Tribunal passou por diversas mudanças de nome. Em 1889, com a proclamação da República, mudou de Tribunal de Relação para Tribunal de Apelação, voltando à no-

menclatura original no texto constitucional de 1892. Em 1934, passou a se chamar Superior Tribunal de Justiça. Treze anos depois, chegou ao definitivo Tribunal de Justiça.

Depois de Costa Dória, outros 56 desembargadores presidiram o Tribunal. Alguns deles por mais de um período. Um dos anos mais agitados da história contemporânea deixou um feliz marco na magistratura nacional: no dia 23 de maio de 1968, a magistrada cearense Auri Moura Costa prestou juramento como desembargado-





■ ■ TJCE mantém viva a História do Judiciário cearense. Museu presta um tributo a Clóvis Beviláqua.

ra da Corte de Justiça alencarina, sendo a primeira Juíza de Direito do Ceará e do Brasil a atingir a Desembargadoria. Embora tenha, no TJCE, desbravado um caminho pelo qual hoje já passaram mais de uma dúzia de notáveis mulheres, e lhe sobrasse competência, faltou-lhe o indispensável apoio político para que fosse nomeada para o cargo de presidente do Tribunal.

AS SEDES

A casa da rua Amélia que abrigou a primeira sede do Tribunal de Justiça do Ceará tinha relevância no cenário sociopolítico do Estado, no final do século XIX. Ali chegaram a ocorrer reuniões da “Escola Popular”, um movimento intelectual bastante atuante nos anos de 1870. Depois da instalação da Corte, desembargadores passaram a reclamar das condições de infraestrutura do imóvel e reivindicaram melhorias ou a mudança. Em 1875, a sede se transferiu para a rua Major Facundo, onde ficou por 30 anos.

Por causa de reformas, o Tribunal funcionou em dois prédios da região central de Fortaleza – a Faculdade de Farmácia e Odontologia e o prédio da Fênix Caixeiral. O endereço seguinte foi a rua Barão do Rio Branco. Lá consolidou-se como Palácio da Justiça. Em 1986, a sede foi para o Centro Administrativo do Cambé, atual Casa da Justiça cearense.

O FÓRUM

Nome dos mais importantes no Direito brasileiro, o jurista cearense Clóvis Beviláqua mereceu justa homenagem do seu Estado e deu nome ao Fórum da capital. Legislador, escritor e historiador, nascido em Viçosa, no interior do Ceará, Clóvis Beviláqua escreveu, em apenas seis meses, o anteprojeto que gerou o Código Civil



■ ■ Gravuras mostram prédios onde funcionou a Corte Judiciária do Ceará, ao longo da História

Brasileiro, em 1899. Beviláqua morreu em 1944, aos 84 anos.

Inaugurada em 31 de dezembro de 1960, pelo desembargador Péricles Ribeiro, a primeira sede do Fórum era localizada na praça da Sé, no centro de Fortaleza. Em 1997, o Fórum mudou-se para a avenida Desembargador Floriano Benevides, no

bairro Edson Queiroz.

No prédio funcionam 108 varas de diversas áreas. Desde 2007 a instituição abre suas portas para visitas de acadêmicos de Direito e estudantes de nível médio. O passeio dura três horas e tem exibição de vídeo e conversa com um juiz sobre as atividades dos magistrados.



Palácio da Justiça: prédio moderno para garantir atendimento eficiente aos usuários

O TJCE HOJE

São nove as unidades do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) responsáveis pela efetivação da Justiça no Estado: Corregedoria Geral de Justiça, Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará, Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado do Ceará, Fórum Clóvis Beviláqua, Juizado da Mulher, Biblioteca, Memorial, Assessoria de Precatórios e Fórum das Turmas Recursais. Com essa estrutura, o TJCE consegue controlar os processos jurídicos, além de

oferecer capacitação aos servidores, ajuda em casos especiais da Justiça e serviços em geral para a população.

À Corregedoria cabe fiscalizar o trabalho de juízes e servidores, além de acompanhar o andamento dos processos e a infraestrutura dos fóruns. O Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira, conhecido como “Tribunal do Povo”, é um órgão colegiado que tem competência para julgar recursos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza e do interior.

O PERCURSO HISTÓRICO

25/1/1700

Eleição dos primeiros juizes ordinários do Ceará, durante a eleição da primeira Câmara, em Iguape. Foi o início da história administrativa e judiciária do Ceará.

8/1/1723

Criação da primeira comarca judiciária do Ceará, que ainda era uma capitania subalterna a decisões judiciais e administrativas tomadas em Pernambuco.

5/3/1812

Resolução Régia estabelece que o distrito da Relação de São Luís do Maranhão, criado no ano anterior, inclua a província do Ceará Grande em sua área de atuação.

13/8/1822

O Ceará passa a fazer parte da área de atuação do Tribunal de Relação de Recife.

6/8/1873

Decreto 2.342, sancionado por Dom Pedro II, cria sete novos Tribunais de Relação no Império. Entre eles a Relação das províncias do Ceará e Rio Grande do Norte. O imperador determinou sete desembargadores para o tribunal cearense.

3/2/1874

Data efetiva da instalação do Tribunal de Relação de Fortaleza.

7/2/1874

Data da primeira sessão ordinária do Tribunal da Relação de Fortaleza. Sob a presidência do conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, trata basicamente de assuntos administrativos.

0/2/1874

Começam os trabalhos normais do Tribunal, com o julgamento de recursos criminais referentes às províncias do Ceará e Rio Grande do Norte.

23/12/1890

Denominação de Tribunal de Relação muda para Tribunal de Apelação, após a proclamação da República.

17/8/1891

A República ordena o desmembramento do Rio Grande do Norte da Relação de Fortaleza, que ganhou seu próprio Tribunal, instalado solenemente nesta data.

12/7/1892

Segunda Constituição estadual recupera a denominação de Tribunal de Relação.

4/11/1921

Terceira Constituição estadual adota a denominação Superior Tribunal de Justiça.

1934

Constituição federal define que as cortes judiciárias estaduais passem a se chamar Cortes de Apelação.

1937

Chega o Estado Novo de Getúlio Vargas. Nova Constituição federal denomina a corte de Tribunal de Apelação.

1947

A redemocratização do Brasil, depois da Era Vargas, restabelece a Justiça Eleitoral. Pela primeira vez surge a denominação atual, Tribunal de Justiça.

1960

Inauguração da primeira sede do Fórum Clóvis Beviláqua. O desembargador Péricles Ribeiro era o presidente do TJCE.

1974

Comemoração do centenário do Tribunal de Justiça do Ceará. O desembargador presidente era Abelmar Ribeiro Cunha.

1986

Governador Gonzaga Motainaugura oficialmente a atual sede do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no Cambeba.

1996

Criação do memorial do Poder Judiciário do Ceará. Em 2000, após reforma e ampliação do acervo, foi reinaugurado.

1997

Fórum Clóvis Beviláqua ganha nova sede, no bairro Edson Queiroz. Cinco mil pessoas passam por dia no local.

2009

Lei estadual nº 14.407 aumenta a composição do TJCE. Altera para 43 o número de desembargadores que formam o Tribunal Pleno.

2014

Tribunal de Justiça completa 140 anos. O presidente, na data, é o desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido.

(Com informações da assessoria do TJCE)



Homenagem: busto do jurista cearense Clóvis Beviláqua, um dos mais destacados pensadores do Direito no Brasil.





■ Memorial do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Espaço do jurista Clóvis Beviláqua.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
Presidente

Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Vice-Presidente

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Corregedora-Geral da Justiça



**Desembargadora Maria
Iracema Martins do Vale**

Presidente do Tribunal
de Justiça do Estado
do Ceará
(2015-2017)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha	Des ^a . Francisca Adelineide Viana
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido	Des. Durval Aires Filho
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes	Des. Francisco Gladyson Pontes
Des ^a . Maria Nailde Pinheiro Nogueira	Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo	Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Francisco Pedrosa Teixeira	Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des ^a . Vera Lúcia Correia Lima	Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Francisco Barbosa Filho	Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Emanuel Leite Albuquerque	Des. Teodoro Silva Santos
Des ^a . Sérgia Maria Mendonça Miranda	Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Des. Jucid Peixoto do Amaral	Des ^a . Maria Iraneide Moura Silva
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte	Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Des. Francisco Gomes de Moura

Des^a. Maria Vilauba Fausto Lopes

Des^a. Maria Gladys Lima Vieira

Des^a. Lisete de Sousa Gadelha

Des. Raimundo Nonato Silva Santos

Des. Paulo Airton Albuquerque Filho

Des^a. Maria Edna Martins

Des. Mário Parente Teófilo Neto

Des^a. Tereze Neumann Duarte Chaves

Des. José Tarcílio Souza da Silva

Des^a. Maria de Fatima de Melo Loureiro

Des^a. Helena Lúcia Soares

Des^a. Lígia Andrade de Alencar Magalhães

Des^a. Lira Ramos de Oliveira

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

Des. Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos

.....

Dr. Francisco Carneiro Lima – Juiz Convocado

Dr. Antônio Pádua Silva – Juiz Convocado

Dra. Maria do Livramento Alves Magalhães – Juíza Convocada

Dr. Henrique Jorge Holanda Silveira – Juiz Convocado

Dr. Pedro Henrique Genova de Castro – Secretário Geral

A CASA DAS BOAS CAUSAS

Em dez meses, a gestão 2016-2018 da seccional Amazonas teve avanços que foram além da defesa das prerrogativas da advocacia. Parcerias com Sebrae, SSP-AM, Polícia Civil, TRE-AM, TCE-AM, Prefeitura de Manaus e Tribunal de Justiça do Amazonas ampliaram os serviços da seccional para toda a sociedade e isso foi o diferencial. A confiança, a colaboração e o empenho dos mais de 12 mil advogados proporcionaram resultados efetivos com mais de 5 mil atendimentos, 50 ações de conscientização e divulgação. Na inovação, o Diário Oficial Eletrônico e o OAB Digital deram mais transparência à gestão.

ISSO É SÓ O COMEÇO, PORQUE A OAB AMAZONAS NÃO PARA.



ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS



OabAmBrasil



oab_am



www.oabam.org.br

Av. Umberto Calderaro Filho, nº 2000, Bairro Adrianópolis, Manaus - AM - CEP 69057-021
Secretaria Geral: (92) 3194-1810 Tesouraria: (92) 3194-1805 E-mail: oab@oabam.org.br

O PARÁ ABRE NOVOS CAMINHOS PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL.

GRIFFO



O Pará não quer deixar o futuro pra amanhã. O Governo do Estado lançou o programa **Pará 2030** com as bases para a construção de uma economia forte e sustentável no curto, médio e longo prazos. Um plano estratégico de desenvolvimento, capaz de dinamizar a economia, gerar empregos e renda e melhorar os indicadores sociais do Estado. Já no lançamento, foram assinados 17 atos que colocam o programa em ação. A partir daí, o **Pará 2030** começa a acontecer, atraindo investimentos em áreas prioritárias como logística, pecuária sustentável, florestas plantadas, biodiversidade, agricultura familiar, turismo e gastronomia, aquicultura,

exploração mineral, palma de óleo, grãos, cacau e açaí. O **Pará 2030** não acontece sozinho, mas com a sua participação, fundamental para que Governo e sociedade encontrem juntos os meios para melhorar a infraestrutura e logística, atrair investimentos, garantir incentivos e desenvolver mais e melhor suas cadeias produtivas, vencendo entraves e avançando rumo a um futuro de crescimento. O programa **Pará 2030** pensa e prepara o Pará do presente e do futuro, estruturando vida melhor, mais digna, para os paraenses.

Secretaria de
Desenvolvimento Econômico,
Mineração e Energia



www.pa.gov.br

